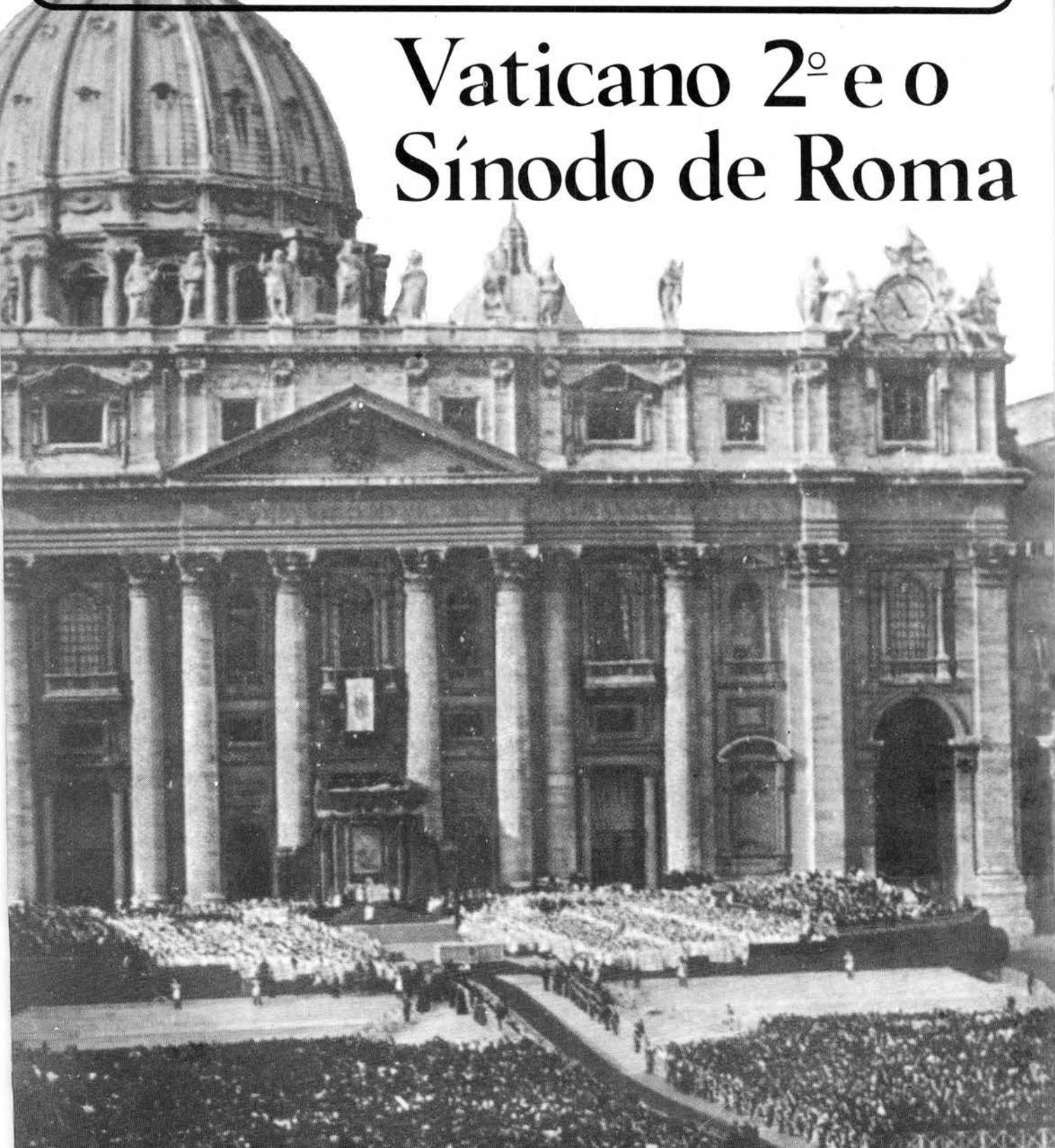


tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 202 • Outubro de 1985 • Cr\$ 6.000

Vaticano 2º e o Sínodo de Roma



cartas cartas cartas cartas cartas cartas

Ao Editor,
Na certeza de encontrar animado, na causa da justiça, onde a vida triunfa sobre a morte. Escrevo para agradecer a revista "Tempo e Presença" com o qual todos os meses têm chegado pontualmente.

No dia que chegou a revista sobre 'Reforma Agrária'..., 40 famílias em Iturama, no portal do Triângulo Mineiro ocuparam terra para plantar e comer, foram expulsos da terra, agora estão sem lugar para ficar e passando necessidades mil. Fiquei pensando quando fui lá e lendo o artigo sobre terra, é deprimente ver tanta terra nas mãos de poucos enquanto tantos passam fome. Mas ao mesmo tempo a esperança, seriedade daquelas famílias em conseguir um chão para plantar e viverem melhor, me questiona e me faz comprometer ainda mais, com a causa do lavrador e do sem terra. Daí, a revista está contribuindo e muito para o meu compromisso pessoal e coletivo.

Agradeço de coração, o carinho e atenção que tem dado a minha pessoa. Certo de que haverá dias melhores e que lutamos pela mesma causa que é Vida em abundância a toda essa América Latina sofrida.

**Dehma da Silva,
Araguari, MG.**

Aos Editores,

Quero manifestar o meu desejo de continuar recebendo a revista "Tempo e Presença", em face de que esta revista tem sido de grande utilidade em minha reflexão teológica e na prática pastoral. Solicito-lhes, caso haja possibilidade, conceder-me assinatura de cortesia.

**Pastor Marcos Gomes Torres,
Nilópolis, RJ.**

Caros amigos do CEDI,
Há mais de dez anos acompanho as vossas publicações e já as utilizei bastante no trabalho de CEB. O material que vocês publicam é para mim muito importante. Ele me dá vida e coragem nesta causa que Jesus nos ensinou.

**Pedro Paulo Scandiuzzi,
Ubatuba, SP.**

Prezados amigos,
Desejamos receber a revista "Tempo e Presença". Sabemos que ela irá nos ajudar muito, pois a maior parte do nosso

trabalho é na conscientização do povo. Formação de CEB's. Formação de sindicatos autênticos. Agora estamos empenhados junto ao povo na conscientização do que seja Constituinte e Reforma Agrária.

**Irmã Luzia,
Irmãs da Providência,
Itinga, MG.**

Amigos do CEDI,
Aproveito esta oportunidade para agradecer o esforço de vocês com suas publicações. A luta de vocês é a nossa luta! Gostei muito, em particular, do nº 198 de "Tempo e Presença" consagrado à "Punição de Boff".

**Padre Miguel Candas,
Pirapemas, MA.**

Prezados amigos,
Gostaria de receber regularmente a revista "Tempo e Presença". Creio que a revista seria muito importante principalmente no sentido de levar a Boa Nova às nossas comunidades.

**Janice Machado,
Nova Iguaçu, RJ.**

Caríssimos editores,
Tenho grande interesse em receber a revista "Tempo e Presença", principalmente porque faço parte de um grupo de jovens aqui da cidade e acredito que a revista será um grande subsídio à nossa luta para a construção de uma nova sociedade.

**Ieda Neves de Souza,
Leopoldina, MG.**

Prezados companheiros,
Tomando conhecimento, da revista "Tempo e Presença" nós, da casa de formação da Diocese de Limeira, turma de teologia, resolvemos não esperar nenhum pouco mais para fazer a assinatura desse material tão importante e necessário para quem ainda acredita nos meios de comunicação e na contribuição importante que a comunicação seria tem neste momento onde a desinformação é uma das grandes armas do poder estabelecido (embora de roupa nova).

**Antonio Sérgio,
Americana, SP.**

Prezados Senhores,
Tomei conhecimento do grande trabalho que os senho-

res vem desempenhando no setor de informações no país, no ponto de vista ecumênico e popular. Penso que esta revista dará a mim e a meus companheiros seminaristas um amadurecimento nos assuntos políticos, religiosos e sociais, que nos ajudaria a desenvolver um trabalho melhor em nossas comunidades.

**Paulo Cesar da Silva,
Uberaba, MG.**

Prezados irmãos,
Tive a grande alegria de poder juntar-me aos leitores deste dígito informativo chamado "TEMPO E PRESENÇA".

A dois meses venho recebendo a revista que contém um verdadeiro poder esclarecedor sobre os assuntos que estão em debates na nossa vida diária. O fator ecumônico dos informes nos deixa a esperança de ver realizada a união de forças dos cristãos para a transformação desta nossa sociedade.

Nós, cristãos não podemos nos excluir dos processos políticos, econômicos e religiosos, que muitas vezes estão voltados para o privilégio dos poderosos. Muito pelo contrário devemos nos fazer presente em tudo que envolve o bem-estar das nossas comunidades.

A dimensão política da nossa FÉ deve nos orientar para que ajamos de acordo com os princípios do EVANGELHO.

Gostaria de parabenizar os irmãos pela maravilhosa exposição sobre a REFORMA AGRÁRIA, sem dúvida esta reforma seria um primeiro passo para uma série de conquistas que temos como direito e que nos foi negada pelas mãos opressoras do regime militar e de todos os seus mais abomináveis defensores.

O Evangelho de Cristo é sem a menor dúvida a luz que nos guiará pelo "vale da morte", mas como os profetas, os santos, os discípulos, nós também venceremos.

Faço das palavras do professor PEDRO CASALDÁLIGA as minhas:

"Malditas todas as cercas que nos separam"

Irmãos que a Paz e a Graça de Deus se faça sempre presente em nossas caminhadas. AMÉM.

**Luis Antonio V. Gabriel,
São Paulo, SP.**

tempo e presença

**Revista mensal
do CEDI
Número 202
Outubro de 1985**

**CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Aloizio Mercadante Oliva,
Jether Pereira Ramalho,
José Oscar Beozzo,
Rubem Alves,
Zwinglio Mota Dias.

Editores
Dermi Azevedo
José Ricardo Ramalho

Jornalista Responsável
Dermi Azevedo - Reg. Prof. n°
239

Edição Gráfica
Sérgio Alli

Diagramação
Marco Antonio Teixeira

Sagariana Editora Ltda.
Av. Nazaré Paulista, 146 - Sala 4
05448 - São Paulo - SP

Composição e Impressão
Cia. Editora Jorùês

Nota: Na última edição da "tempo e Presença", nº 201, cometemos duas incorreções: 1) Na página 18 o nome correto do autor da matéria "Jovens luteranos debate fome no Nordeste" é Edelberto Behs. Na página 22 o título corre da matéria é "Assembleia do CIM aprofunda compromissos".

Preço do exemplar avulso:
Cr\$ 6.000

ÍNDICE

O Vaticano e o Sínodo

4 A IGREJA CATÓLICA E O SÍNODO

Emilio Castro

6 VATICANO 2º O INÍCIO DA CAMINHADA

Zwinglio Mota Dias

8 AS SAUDADES DE BELÉM

D. Mauro Morelli

10 PENSAMENTOS DO CARDEAL

JOSEPH RATZINGER

11 O VATICANO 2º É BOM. OS RESULTADOS SÃO MAUS.

Joseph Comblin

12 ECUMENISMO: VOLTA DO CATOLICISMO ROMANO?

José Miguez Bonino e Júlio de Santa Ana

13 OS SILÊNCIOS DE RATZINGER

José Oscar Beozzo

14 MORAL SEM JUSTIÇA?

Márcio dos Anjos e Dalton de Barros

15 SÍNODO E MODELOS DE IGREJA

Pablo Richard

16 TRÊS TRISTES PERPLEXIDADES

*Hugo Assmann***Constituinte**

17 CONSTITUINTE E CONSTITUIÇÃO

Dalmo de Abreu Dallari

18 LIVRE E SOBERANA:

CONSTITUINTE

*Djalma Bom***Brasil**

19 ELEIÇÕES MUNICIPAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Clóvis Rossi

21 OS SALÁRIOS E A "NOVA REPÚBLICA"

Aloizio Mercadante Oliva

23 A OFENSIVA DA CLAT NO BRASIL

América Central

24 ENCONTRO OSCAR ROMERO

DENUNCIA POLÍTICA REAGAN

25 CASALDÁLIGA REAFIRMA SEUS COMPROMISSOS COM OS POBRES E SEUS PROCESSOS

*Entrevista a Dermi Azevedo***Bíblia Hoje**

28 POR QUE ELIAS FEZ UM ESCÂNDALO TÃO GRANDE SOBRE BAAL?

*Jorge Pixley***Livros**

31 CARTAS DA ÁFRICA DO SUL

31 COMUNICAÇÃO CRISTÃ

ALTERNATIVA

Poema

32 COISAS QUE SÓ OS SIMPLES ENTENDEM

José Aparecido Rodrigues

Os 20 anos do Vaticano 2º

Com o objetivo explícito de comemorar os vinte anos do encerramento do Concílio Vaticano 2º, o papa João Paulo 2º convocou, para os dias 25 de novembro a 8 de dezembro próximos, uma assembléia extraordinária do Sínodo dos Bispos, com a presença dos presidentes das Conferências Episcopais de todo o mundo, além de convidados evangélicos. Não sem motivos, os mais diversos setores da opinião pública cristã — e os próprios meios de comunicação — vêm chamando este evento de “o Sínodo da Restauração”.

Os motivos são evidentes: “Restauração” vem sendo a palavra-chave no dicionário oficial da Igreja Católica, a partir da ascensão do antigo arcebispo de Cracóvia ao papado e, sobretudo, a partir da consolidação da hegemonia do cardeal alemão Joseph Ratzinger na estrutura de poder vaticanista. Homem marcadamente pessimista, ele vem dedicando-se a favorecer um projeto de neocristandade na Igreja, com propósitos bem claros, como estão apresentados, por exemplo, no livro “Rapporto sulla Fede”, com a longa entrevista dada, no ano passado, na Itália. O livro é analisado nesta edição.

Entre os projetos de João 23 — de abertura para a história e de comunhão ecumênica — e de João Paulo 2º/Ratzinger, há uma imensa e profunda distância. Como é, também, imensa a distância entre o Vaticano 2º, nos anos 60 e o projeto wojtylianiano, em termos de concepção do ser-Igreja, de compreensão do ecumenismo, de abertura nas relações com todos os homens em favor da verdade, justiça, fraternidade e liberdade, definidas por João 23 como os pilares da paz. O bom papa João despertou a Igreja para o seu ser mais profundo, abriu caminhos que moldaram renovadas gerações de

cristãos. João Paulo 2º reforça um modelo centralizador e autoritário de Igreja, mais preocupada com a “volta ao centro” do que com a prestação de um serviço libertador à humanidade e aos mais esmagados e oprimidos entre os homens.

Se fixarmos nossa atenção sobre a Igreja na América Latina, iremos distinguir, na história dos últimos vinte anos, os sinais das duas realidades. Com o Concílio, um sopro renovador que se revela no nascimento da Teologia da Libertação, como algo mais elaborado e na maturidade do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americanano), logo identificado, naquela época, com um Hélder Câmara, um Manuel Larraín, um Leônidas Proaño, um Sérgio Mendez Arceo, um Cândido Padín, Multiplicavam-se as CEBs e logo se realizava Medellín para concretizar, neste continente, as recomendações conciliares.

Já com Puebla, em 1979, verificava-se o início do retrocesso, quando já era avançado o “retorno” conservador no CELAM, graças, em grande parte, à ação do hoje cardeal Alfonso López Trujillo. A escalada continuou, ano após ano, com a inquisição contra os teólogos e a Teologia da Libertação, o avanço da Opus Dei e “Comunhão e Libertação”, a nomeação de bispos conservadores, as pressões contra todos os setores identificados com a Igreja conciliar.

Apesar de tudo, não podemos desanimar. A caminhada da prática libertadora, das Comunidades de Base, as novas formas de ser Igreja, o ecumenismo de base, tudo isto avança e se fortalece. Como se costuma dizer entre os cristãos nos meios populares: “o Reino de Deus sofre violência, mas as comunidades constróem na esperança”. E assim vai sendo recriado o espírito do Vaticano 2º.

A Igreja Católica e o Sínodo

Emílio Castro

O vigésimo aniversário do Concílio Vaticano 2º está sendo celebrado este ano e o papa João Paulo 2º convocou, para novembro próximo, um Sínodo especial de bispos para afirmar os resultados daquele grande acontecimento da comunidade católica. Mesmo que a Igreja Católica não seja membro do CMI, as relações têm sido multiplicadas no decorrer desses anos. A visita do papa João Paulo 2º ao Centro Ecumênico, no ano passado, permitiu-nos constatar progressos, sobretudo na declaração conjunta, em que as Igrejas são convocadas a incentivar o testemunho comum de nossa fé, já que temos suficiente base de unidade para podermos fazer isto. Ao mesmo tempo, essa visita marcou, ofi-

cialmente, as dificuldades que nos esperam, no caminho para a unidade. Pareceria que, depois de vários anos nos quais fomos eliminando obstáculos menores, estamos agora obrigados a enfrentar verdadeiros problemas, sobretudo aqueles centralizados no magistério do Bispo de Roma e na autoridade que lhe conferem a doutrina e a prática católicas.

O número de julho passado da Revista Ecumênica foi dedicado à consideração desse 20º aniversário. Traz artigos de nossos observadores no Concílio Vaticano 2º. E permite observar, em detalhe, como, a partir de um ponto de vista ecumênico, é valorizada essa grande assembléia católica.

O Concílio afirmou uma definição de Igreja como povo de Deus que nos dá um excelente ponto de partida para o

diálogo ecumônico. Ao mesmo tempo, favoreceu o estudo e a distribuição da Bíblia e o surgimento de vocações leigas, tanto dentro da Igreja como no serviço ao mundo. O Concílio afirmou também uma posição ecumônica, até mesmo um reconhecimento da eclesiabilidade das outras comunidades cristãs. Se não de direito, pelo menos de fato, isto leva ao reconhecimento de outras igrejas ou da Igreja em outros.

Sem dúvida, todos nós poderíamos afirmar outros valores do Concílio Vaticano 2º, como a abertura para o judaísmo, para as outras religiões, para o mundo moderno etc. Quiséramos que a Igreja Católica afirme-se numa posição de abertura para o diálogo ecumônico que facilite o progresso na caminhada para a unidade. No que se refere às relações do CMI com a Igreja Católica

Vaticano 2º e o Sínodo de Roma

O que significa celebrar os vinte anos do encerramento do Concílio Vaticano 2º? Como se relaciona esta comemoração com o próximo encontro extraordinário do Sínodo dos Bispos? Um grupo de teólogos tenta esboçar respostas a essas perguntas, nesta edição. O secretário geral do CMI (Conselho Mundial de Igrejas), Emílio Castro, destaca os avanços no diálogo ecumônico oficial entre o Vaticano e Genebra, mas deixa clara sua preocupação com a ofensiva contra a Teologia da Libertação, um evidente sinal de retrocesso. O secretário geral do CEDI, Zwinglio Dias, mostra o contraste entre a primavera conciliar e a atual conjuntura eclesiástica, enfatizando uma visão de esperança, apesar dos

pesares. O mesmo enfoque é retomado pelo bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, em linguagem poética.

No pensamento do cardeal Ratzinger, através de citações do seu livro-entrevista, transparece a atual política hegemônica no Vaticano, impregnada de pessimismo e autoritarismo. Em seguida, teólogos de reconhecida militância como José Comblin, Miguez Bonino, Júlio de Santa Ana, José Oscar Beozzo, Márcio Fabri, Pablo Richard e Hugo Assmann discutem os principais aspectos do livro de Ratzinger, relacionando-o com a assembléia do Sínodo.

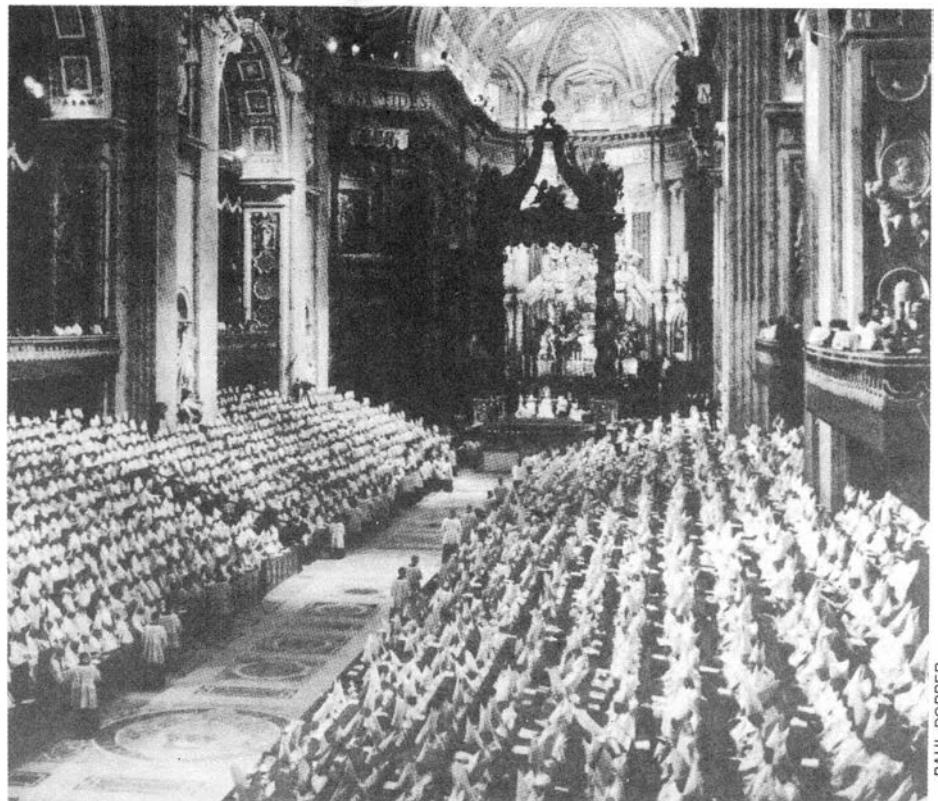
No momento em que as novas formas de ser Igreja sofrem tantos ataques, é

urgente que sejam colocados à disposição das comunidades e dos agentes pastorais, subsídios de esclarecimento e orientação. "Tempo e Presença" sugere que este material seja reproduzido e amplamente discutido e que o resultado dessa reflexão seja compartilhado.

Nunca foi tão necessário unir os esforços de todos os cristãos que se preocupam com a manipulação do nome de Deus e de Jesus Cristo para sacralizar projetos mantenedores da injustiça institucionalizada, distante da recomendação cristã: "Não se pode servir a dois senhores". Conhecer bem a realidade em que vive a Igreja que nasce do povo é um passo fundamental neste sentido.

ca, elas se desenvolvem normalmente sob a supervisão de um Grupo Misto de Trabalho que se reúne uma vez por ano e, de seu gabinete, com reuniões semestrais. Um Grupo Consultivo sobre problemas de ética social reúne-se também anualmente. Ao mesmo tempo, a colaboração com departamentos especializados do CMI, como Fé e Constituição, CWME e Bossey, desenvolvendo-se dentro de um espírito construtivo, como uma grande realidade de hoje e com muitas promessas para o futuro. Mas, não seríamos honestos se não manifestássemos nossa preocupação diante de um aparente fenômeno contraditório dentro da Igreja Católica. Evidentemente o CMI tem que aceitar as igrejas — membros e não membros — com suas respectivas eclesiologias e, consequentemente, não podemos, nem queremos interferir no diálogo interno de uma igreja irmã. E contudo, por ser uma igreja irmã e por compartilhar um genuíno desejo de testemunhar, em comum, a nossa fé — e de assegurar a evangelização do mundo — preocupa-nos o episódio do padre Leonardo Boff, como demonstração de um certo endurecimento teológico dentro da Igreja Católica que traz, como contrapartida, uma perturbação da evangelização na América Latina e, sem dúvida, também uma nota de desconfiança e de insegurança em nossas relações ecumênicas.

Respeitamos as decisões disciplinares de uma igreja irmã, mas fraternalmente temos a obrigação de advertir sobre seus efeitos desevangelizadores e sobre a dificuldade ecumônica de conciliá-las com a ênfase à colegialidade, ao respeito à igreja nacional e à inculturação, tão bem defendidos pelo Papa em sua recente encíclica para os povos eslavos e que, desta maneira, poderia ser injustamente interpretada como uma oferta feita para o mundo exterior, especialmente para as igrejas ortodoxas, mas que não se aplicaria para o mundo interior da própria Igreja Católica.



A nave central da Basílica de São Pedro, no Concílio Vaticano 2º.

Respeitosamente, tomamos a mesma citação do Concílio Vaticano 2º, da constituição dogmática sobre a Igreja "Lumen Gentium", parágrafo 13, que o papa João Paulo 2º menciona na página 29 de sua versão inglesa e que diz: "A Igreja ou Povo de Deus, ao estabelecer esse reino, não retira nada do bem-estar temporal de todos os povos. Antes, ela favorece e faz próprios, na medida em que são boas, as habilidades, os recursos e os costumes de cada povo. Tomando-os em si mesma, ela os purifica, os fortalece e os enobrece. Esta característica da universalidade que adorna o povo de Deus é um dom do próprio Deus. Em virtude desta catolicidade, cada parte individual da Igreja contribui, através de suas religiões especiais, para o bem das outras partes e de toda a Igreja. Assim, através do compartilhar comum dos dons e através do esforço comum para obter a plenitude na unidade, o todo e cada uma das partes recebem um aumento". E o Papa continua: "Podemos dizer, sem medo de contradição, que essa visão tradicional e, ao mesmo tempo, contemporânea, da catolicidade da Igreja, como uma sinfonia das várias liturgias em todos os idiomas do mundo, unidas numa só liturgia, um coro melodioso sustentado pelas vozes de incontáveis multidões, levantando

inumeráveis modulações, em tons e harmonias, para o louvor de Deus, de todas as partes do mundo e em todos os momentos da história, responde, de maneira particular, à visão pastoral e teológica que inspirou o trabalho missionário e apostólico de Constantino, o filósofo e de Metódio e que sustentou sua missão entre as nações eslavas". (p. 30).

Esperamos ver plenamente reconhecido e celebrado este espírito de reconhecimento das contribuições específicas, de uma igreja e de uma teologia, para a Igreja Universal, numa região concreta como é a América Latina. Confiamos que esta visão da catolicidade da Igreja constituída pela pluriformidade das manifestações culturais da fé cristã, posta ao serviço de uma prioridade missionária, a evangelização dos pobres do mundo, converter-se-á em categoria teológica fundamental para reger os problemas dentro e fora de nossas igrejas. Se a prioridade missionária de serviço ao pobre domina nossas preocupações comuns, teremos aí um critério para aplicar, tanto dentro quanto fora de nossas igrejas, para alentar nossa caminhada ecumênica.

Emilio Castro é secretário geral do CMI (Conselho Mundial de Igrejas).

Vaticano 2º: o início da caminhada

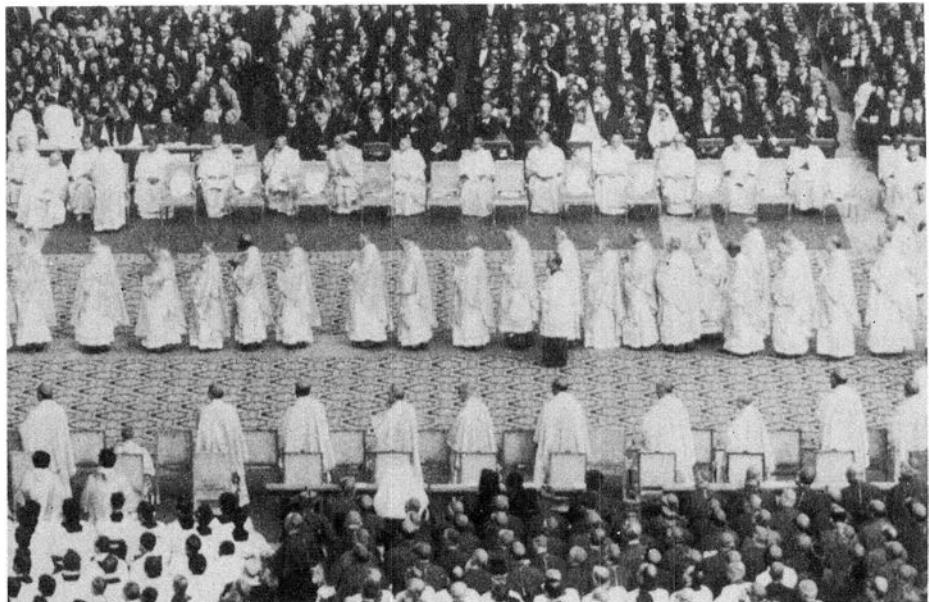
Zwinglio Mota Dias

A história das Igrejas cristãs está marcada, ao longo dos séculos, pelas assembléias conciliares. Universais (ecuménicas) ou particulares, os concílios se revelam como instrumentos seja para a renovação e avanço das propostas eclesiástico-institucionais, seja para a consolidação e conservação de posições conquistadas por grupos específicos dentro das respectivas Igrejas.

Desde o Concílio de Jerusalém relatado em Atos (15.6-29) até as grandes Assembléias do CMI, passando pelos grandes Concílios Católicos e Ortodoxos e as Assembléias e Conferências das Igrejas Protestantes, os concílios se relevam como o espaço estruturador do pensamento e da ação das Igrejas, arena privilegiada onde se digladiam as as diversas tendências políticas e teológicas e onde os interesses dos poderosos e dos fracos se defrontam para ganhar ou perder. Os temas conciliares variam conforme as necessidades internas e as conjunturas históricas, com suas ameaças e urgências impostas às Igrejas. Mas no fundo, o que provoca e põe em movimento os resortes conciliares é a luta pela sobrevivência institucional. Todo concílio eclesiástico até hoje discutiu, fundamentalmente a Igreja.

Há vinte anos encerrava-se, depois de cinco anos de atividades, o Concílio Vaticano II convocado e inaugurado por João XXIII mas conduzido e encerrado por Paulo VI, o papa do pós-concílio. Seu tema fundamental: a Igreja. Um concílio da Igreja convocado para discutir a Igreja. Como resultado tivemos uma nova apresentação da Igreja ante os olhos do mundo: aberta, orientada para as realidades concretas do mundo, plena de disponibilidade e solidariedade, decidida a renovar-se a partir de seu espírito original, apresentando-se como responsável ante o presente que os Padres Conciliares perceberam e assumiram como convite, chamado e sinal de Deus.

Este Concílio foi posto em marcha por uma papa que deu ao pontificado romano um sentido novo, porque, movido não pelo signo do poder e do esplendor, mas sob a égide da fraternidade, da participação nos destinos da hu-



O tema central do Concílio: a Igreja.

manidade, do compromisso com as aspirações básicas de todos os homens e mulheres: a paz, a justiça, a reconciliação universal.

Nesse Concílio a Igreja mostrou-se em estado de diálogo, cheia de vida, de juventude e com uma intensa aspiração ecuménica, e sua palavra ao mundo agitado dos anos 60 pode ser resumida no título do documento sobre si mesma que o Concílio produziu: "Gaudium et Spes" (Alegria e Esperança).

Fica evidente que nem todas as intenções do Concílio se transformaram em prática diurna da Igreja pós-conciliar. Mas não resta dúvida de que o Concílio, pelo que disse e pelo que descortinou para os cristãos católicos, abriu novos caminhos para o catolicismo mundial e transformou a Igreja numa referência obrigatória frente aos processos transformadores vividos especialmente pelas sociedades do mundo ocidental nas últimas décadas. No que se refere à América Latina, as visões e propostas básicas do Concílio foram decisivas para colocar a Igreja no centro dos processos de transformação vividos pelas sociedades latino-americanas.

A Conferência Episcopal de Medellín realizada em 1966 lançou as bases da nova Igreja latino-americana a ser construída à partir das visões e premonições do Vaticano II. "As Transforma-

ções da América Latina à Luz do Concílio Vaticano II", foi o título do documento produzido então pelos bispos latino-americanos. A "re-visão" do papel da Igreja, a ênfase na dimensão social do Evangelho, a luta contra as forças da morte em nome do Deus da vida, a defesa dos direitos humanos, a promoção da participação dos leigos na Igreja, porque esta passou a ser entendida evangelicamente como o "Povo de Deus", a busca de discernimento dos sinais dos tempos e a Igreja vista como construtora do Reino de Deus — espaço de justiça, liberdade e humanização permanente do mundo dos homens — fizeram com que a Igreja latino-americana se inserisse no meio das lutas emancipatórias de seus povos, rompesse a secular articulação com os poderes oligárquicos e se transformasse numa Igreja voltada preferencialmente para os milhões de pobres e oprimidos deste Continente crente e secularmente explorado.

Nesta caminhada os conflitos não foram poucos. Em diferentes países a Igreja gestada em Medellín enfrentou e continua enfrentando não poucos obstáculos tanto a nível interno como a nível externo. Dom Oscar Romero representa, ao lado de tantos padres, freiras e leigos assassinados ao longo destes anos em tantos países latino-americanos, o preço máximo pago em defesa

da vida. Estas vidas sacrificadas no altar do poder político-econômico que oprime nossos povos exemplificam a reação dos grupos dominantes ante a perda da aliança de uma instituição que, obediente a uma nova visão do Evangelho, buscou os preferidos do Senhor que são milhares na América Latina para serem o objeto de seu cuidado e serviço. Internamente a Igreja pós-conciliar teve e continua tendo que fazer frente à oposição de muitos de seus filhos e líderes que não percebem o sentido último da reconstrução proposta no Vaticano II. Aqueles que temem as consequências do compromisso evangélico que pede a morte das estruturas ultrapassadas para que a vida possa construir novos meios de

expressão e manifestação. O temor à Teologia da Libertação, e o silêncio imposto a Frei Leonardo Boff são o símbolo maior, no campo eclesiástico católico da América Latina, da tensão gerada pela nova forma de ser Igreja que o Concílio Vaticano II ensejou.

O momento que se vive nesta virada dos vinte anos é de crise. O novo semeador pelo Concílio começa a vicejar. As ordens, estruturas de poder e costumes condenados e chamados à renovação pelos padres conciliares resistem à condenação da história. A luta que se trava, contra e dentro da estrutura eclesiástica, continua em suas marchas e contra-marchas impostas pelas conjunturas tanto nacional quanto internacional. Mas parece que a in-

vasão do povo pelas comportas abertas em Medellin e mantidas assim em Puebla ensejam um futuro de vida para Igreja. O Concílio, na sua visão de uma Igreja nova que caminha na direção da construção de um mundo novo para todos, parece que imprimiu um sistema de mudança que não tem marcha-a-re em que pesem todas as tentativas que, de dentro e de fora, procuram deter a caminhada da Igreja que, como queria o Concílio, ecoando as experiências do Novo Testamento "nasce do povo à luz do Espírito de Deus"... Quem viver verá!

Zwinglio M. Dias, da Igreja Presbiteriana Unida, é Secretário-Geral do CEDI.

Pacto das Catacumbas

Publicamos a seguir o documento "Pacto das Catacumbas", firmado por dez Cardeais e 600 Arcebispos, ao final do Concílio Ecumênico Vaticano II.

"Nós Bispos reunidos no Concílio Vaticano II, tendo aberto os olhos para as falhas de nossa vida de pobres segundo o Evangelho; encorajados, uns pelos outros, em uma caminhada na qual cada um quer evitar a singularidade e a presunção; unidos a todos os irmãos no episcopado; contando sobretudo com a graça de Deus e com a força de Nossa Senhor Jesus Cristo, com a prece dos fiéis e dos padres de nossas respectivas dioceses; colocando-nos, pelo pensamento e pela oração, diante da Santíssima Trindade, diante da Igreja do Cristo, diante dos padres e fiéis de nossas dioceses; na humanidade e na consciência de nossa fraqueza, mas com toda a determinação e força que Deus nos há de dar por sua graça, comprometem-nos ao que se segue:

1) Tentaremos viver segundo o modo ordinário do nosso povo, no que concerne a habitação, alimentos, meios de locomoção e ao que daí decorre (Mt 5,3; 6,33-34; 7,20).

2) Renunciamos para sempre à aparência e à realidade da riqueza, especialmente nas vestes (tecidos ricos, cores vistosas), nas insignias em matéria preciosa (esses sinais devem ser, de fato, evangélicos; Mc 6,9; Mt 10, 9-10; At 3,6).

3) Não possuiremos em nosso próprio nome, nem imóveis, nem móveis, nem contas em banco. Se for preciso possuir, poremos tudo no nome da diocese, ou de obras sociais e caritativas (Mt 6, 19-21. Lc 12, 33-34).

4) Confiaremos, sempre que possível, a gestão financeira e material de nossa diocese a um comitê de leigos competentes e conscientes de seu papel apostólico, de modo a puderemos ser menos admis-

nistradores do que pastores (Mt 10,8; At 6,1-7).

5) Recusamos ser tratados oralmente ou por escrito, por nomes e títulos que traduzem grandeza e poder (por exemplo: eminência, excelência, monsenhor), preferimos ser chamados pelo nome evangélico do Pai (Mt 20, 25-28; 23, 6-11; Jo 13, 12-15).

6) Evitaremos, em nosso comportamento, em nossas relações sociais, tudo o que possa parecer significar privilégio, prioridade, ou mesmo qualquer preferência pelos ricos e poderosos (por exemplo: banquetes oferecidos ou aceitos), classes em serviços religiosos (Lc 13, 12-14; 1 Cor 14, 19).

7) Evitaremos, também, encorajar ou insultar a vaidade de alguém, para agradecer ou solicitar donativos, ou por qualquer outra razão. Convidaremos nossos fiéis a considerar os próprios dons como participação normal no culto, no apostolado e na ação social (Mt. 6, 2-4; Lc 15, 9-12; 2 Cor 12, 14).

8) Daremos tudo o que for necessário de nosso tempo, reflexão, amor e recursos, ao serviço apostólico e pastoral das pessoas e dos grupos dos trabalhadores e dos economicamente fracos e subdesenvolvidos, sem que isso prejudique as outras pessoas e grupos da diocese. Daremos apoio aos leigos religiosos, diáconos e padres, que o Senhor tenha chamado, ou vier a chamar, para evangelizar os pobres e os operários, participando do trabalho e da vida operária (Lc 4, 18-19; Mc 6, 4; Mt 11, 4-5; At 18, 3-4; 20, 33-35; 1 Cor 4, 12; 9, 27).

9) Conscientes das exigências da justiça e da caridade, e de suas mútuas relações, tentaremos transformar as obras de beneficência em obras sociais baseadas na caridade e na justiça, que pensem em todos e em todas, as exigências, como um humilde serviço dos organismos públicos competentes (Mt 25, 31-46; Lc 12, 12-14; 33, 34).

10) Faremos tudo para que os responsáveis por nosso Governo e pelos nossos serviços públicos adotem e ponham em prática as leis, as estruturas e as instituições necessárias à justiça, à igualdade e ao desenvolvimento harmônico e integral do Homem todo e de todos os homens, que levem a uma ordem social nova e digna dos filhos de Deus (At 2, 44-45; 4, 32-35; 5, 4; 2 Cor 8 e 9; 1 Tim 5, 16).

11) Uma vez que a colegialidade episcopal encontra sua realização evangélica mais completa na assunção em comum das massas humanas em estado de miséria física, cultural e moral — 2/3 da humanidade — nós nos comprometemos:

— a participar, segundo nossos recursos, nos investimentos urgentes das dioceses das nações pobres; — a requerer, junto aos organismos internacionais, em testemunho evangélico como o do Papa Paulo VI na ONU, a adoção de estruturas econômicas e culturais que, ao invés de fabricarem novas nações proletárias em um mundo sempre mais rico, permitam às massas pobres saírem da miséria.

12) Nós nos comprometemos a dividir, na caridade pastoral, nossa vida com nossos irmãos no Cristo — padres, religiosos e leigos — para que o nosso ministério seja um verdadeiro serviço. Assim, tentaremos, com eles, revisões de vida; — suscitaremos colaboradores que sejam mais animadores, segundo o espírito, do que chefes segundo o mundo; — buscaremos ser, da maneira mais humana possível, presentes e acolhedores; — seremos abertos a todos, qualquer que seja a religião que adotem (Mc 8, 34-35; At 6, 1-7; Tim 3, 8-10).

13) Chegando às nossas respectivas dioceses, comunicaremos nossas resoluções a nossos diocesanos, pedindo-lhes que nos ajudem, por sua compreensão, seu concurso, suas preces.

Que Deus nos ajude a ser fiéis".

As saudades de Belém

D. Mauro Morelli

Na majestosa e solene Basílica, em liturgia de luzes, cores e hinos, teve início o grande Concílio.

Perante o mundo dos crentes, ateus e indiferentes, longo desfile de patriarcas venerandos, príncipes de púrpura vestidos, prelados com tiaras resplendentes, ao bimbalhar dos sinos, a Basílica foi acolhendo.

Grande séquito de peritos, assessores e doutores, como os demais atores, vindos de todas as partes, com o colorido das raças, do meio do povo na praça exprimido, pelos portais da Basílica, foi adentrando para o Ecumênico Concílio.

Um anjo por Deus enviado — João era seu nome — aos filhos e irmãos reunidos, revelando ternura e malícia, com voz firme, começou falando:

"Aqui chegastes, peregrinos! Aqui chegastes carregados de certezas e de glória revestidos. Precioso, direis, é o legado e grandes, as conquistas.

"Eis que eu vos digo: não fizesteis deslumbrados com a sabedoria, poder ou prestígio. Assim como outrora, a aurora de um novo dia vos anuncio.

"Glória a Deus nas alturas e paz na terra ao povo muito amado". Também, hoje, um sinal vos é dado: fora da cidade, entre animais, encontrareis o recém-nascido!"

"Vamos todos à periferia!" — bradou uma voz de outro anjo, interrompendo a homilia.

Outras vozes foram ouvidas, com o mesmo brado, em coro repetido:

"Vamos todos à periferia!"

Retomando o seu discurso, assim falou João:

"Irmãos, meus irmãos, vamos todos abrir portas e janelas para que o vento sopre, renovando a vida".

Depois de pequena pausa continuou:

"Tudo começou pequeno, na pequenina Belém. O Pai, agricultor, uma semente de mostarda, com amor, no solo colocou.

A maior das hortaliças foi crescendo, com vigor e beleza. Em seus galhos, pássaros repousaram e peregrinos, em sua som-

bra, se aconchegaram, fugindo do estio abrasador. A árvore do solo arrancada, em adubo transformada, alimentou outras vidas.

Pela porta aberta do templo, na montanha elevado, água pura foi jorrando em cascata, ladeira abaixo, a terra fecundando. Em Festa da Vida, transformou o jardim da agonia.

No Vale florido, aves revoaram, paralíticos saltaram, famintos foram saciados e prisioneiros com alegria a liberdade aclamaram, no coro do povo em fraternidade reunido.

Entre pequenos e simples, prostitutas e publicanos, pescadores e feirantes, o canto de Belém foi de novo entoado: "Glória a Deus nas alturas e paz na terra ao povo muito amado!"

A semente da mostarda em muitas sementes transformada, pelo mundo foi se alastrando.

De várias raças e línguas, o povo miúdo, ignorantes e escravos, alguns poucos nobres e sábios, na fraternidade repartiam o pão, no vinho do tempo novo, embebido".

Na Basílica majestosa e solene, o auditório, em êxtase arrebatado, ouvia com atenção as palavras do anjo do Senhor.

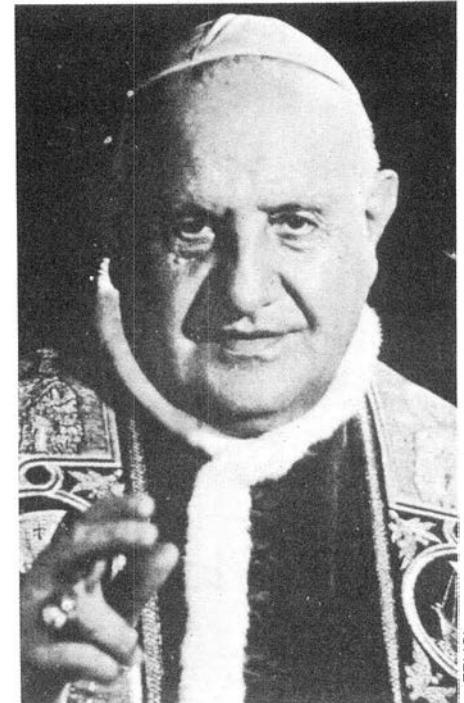
"Venerandos irmãos e diletos filhos — continuava a homilia — no tempo em que vivemos o povo está disperso e desunido; o pão anda escasso e o cálice, vazio; cadeias amarram a liberdade; a vida, de tantas formas ameaçada; a paz, no mundo profundamente abalada.

Nos vales e planícies ressequidos, não se ouvem mais os cânticos da vida, mas gemidos da fome e gritos dos cárceres do terror.

Aqui chegastes, peregrinos! carregados de certezas e de glórias revestidos. No entanto, eu vos digo: acordai, não estamos no Tabor!

O templo foi profanado, o povo disperso e aviltado, fortes são os impérios da presunção, do ouro e da idolatria.

O tabernáculo, outrora uma tenda, hoje em templo transformado, está cheio de vazio e bolor.



João XXIII, o papa que convocou o Concílio.

Eis que de novo, no silêncio da augusta assembléia, um grupo de anjos bradou: "Vamos todos à periferia!"

"Sim, irmãos, na periferia da cidade e nos recantos do mundo, a grandeza humilhada e a dignidade afrontada, encontrareis o recém-nascido, de novo um sinal de contradição. Diante dele curvam-se velhas sabedorias e abrem-se espaços para o renascer".

Interrompendo um silêncio pesado, o pontífice continuou:

"Irmãos, meus irmãos, como pastor da transição e profeta da encruzilhada, no trono de Pedro sentado, vejo que no longo caminho, muita coisa mudou. O pobre pescador transformado em príncipe do mundo, governando sobre o povo em soberano esplendor. A comunidade dos pobres, dos começos em Jerusalém e Corinto, transformada em águia romana, dominando palácio e choupana".

Novamente os anjos irrequietos, na solenidade da liturgia, em coro exclamaram:

"Vamos todos à periferia! Fora da cidade, entre animais, encontraremos o recém-nascido".

Outras vozes se ajuntaram, aumentando o clamor:

Um sinal vos é dado! Diante da criança, curvam-se velhas sabedorias e abrem-se espaços para o renascer!"

"Irmãos, meus irmãos — retoma a palavra o rotundo João — nos meus ouvidos ressoam palavras, outrora proferidas: "Confirma, na Fé, teus irmãos". Vede, não quero perturbar. Gostaria, na Fé, irmãos confirmar.

Como, porém, posso confirmar, se não há dúvida e tudo é certeza?

Como poderei confirmar, se não há mais caminho a percorrer?

Como hei de confirmar, se distantes e acima do mundo, não partilhamos da luta de cada dia para alimentar a vida com a palavra e com o pão sofrido e suado?

Como não perturbar, se o sal perdeu a força e cresce a corrupção?

Como poderei calar, se já não somos peregrinos da sabedoria e não mais esperamos o novo?"

Novamente o discurso foi interrompido por vozes de anjos e muito alarido.

"Irmãos, meus irmãos, vamos abrir portas e janelas, mais uma vez repito, para que o vento sopre renovando a vida.

Sentado neste trono, no esplendor de nossa Basílica, cercado de tanta sabedoria e poder, confesso que não resisto às saudades que, no meu peito, explodem neste grito: Vamos a Belém, na periferia do mundo! Vamos a Belém, ver um novo dia amanhecer".

Entre desmaios, aplausos e alarido, o pontífice foi caminhando, nave a fora, os olhos matreiros pousando em cada circunstância, enquanto os anjos irrequietos clamavam com crescente entusiasmo:

"Vamos a Belém, ver um novo dia amanhecer".

Na majestosa e solene Basílica, esvaziada de pompa e nobreza, a tiara jogada num canto, as certezas tropeçando nas glórias em pranto, teve início o Ecumênico Concílio.

Dom Mauro Morelli é Bispo da Igreja Católica em Duque de Caxias e São João do Meriti, no Rio de Janeiro. O presente texto é um capítulo de um livro em elaboração, sobre a renovação proposta pelo Concílio Ecumônico Vaticano II.

O projeto de Ratzinger: a tragédia de um Titanic

Clodovis Boff

Qual será a influência do "Relatório" do cardeal Ratzinger no Sínodo extraordinário dos Bispos do mundo, convocado pelo Papa para novembro, com o objetivo de fazer o balanço dos 20 anos do pós-Concílio e preparar o próximo milênio? É precisamente neste contexto de preparação ao Sínodo que sai o "Relatório sobre a Fé", coincidência essa não sem significação e talvez mesmo não sem intenção. Sem dúvida, o cardeal prefeito da Congregação da Doutrina da Fé terá, nesse Sínodo, um grande papel, pelo fato mesmo de presidir a congregação mais importante da Santa Sé para a aplicação do Concílio Vaticano 2º.

Deve-se reconhecer que o balanço da situação atual da fé, descrita pelo relatório, é pesadamente negativo. Em resumo, o que o cardeal prefeito vê é um "processo progressivo de decadência" na Igreja e, junto com isso, o Concílio ainda todo por implementar. Para ele, "a oração do papa João de que o Concílio fosse para a Igreja um novo salto à frente, não foi ouvida".

Em sua descrição, o cardeal Ratzinger mostra, sem dúvida, um espírito brilhante. Mas, será verdadeiro? Entrever-se nessas páginas uma pessoa de qualidades morais elevadas, mas terá bastante senso da realidade? Colhe a situação da fé através de relatório e de outros testemunhos, mas não parece que seja diretamente. Em suma, o que o "Relatório" nos dá é uma visão administrativa e teórica da vida eclesiástica. Nele não se sente pulsar a presença complexa e rica dos homens e mulheres de nosso tempo, especialmente das grandes massas pobres do Terceiro Mundo que são hoje as grande maioria católicas.

Contudo, o mais grave de seu "Relatório" é sua força de acusação implícita, de que poucos escapam. Se é verdade o que aí se diz, então os bispos pou-

co ou nada parecem ter feito para melhorar a vida cristã no pós-Concílio. Teriam trabalhado ao máximo de modo desencontrado, como num imenso "canteiro de obras cujo projeto se perdeu", como diz o cardeal prefeito. E se o Concílio ainda espera ser "recebido", que representa todo o trabalho do papa Paulo 6º para regulamentar e aplicar as decisões conciliares? E a Cúria Romana, que teria feito durante todo esse tempo? Por aí se vê que o balanço do cardeal Ratzinger é de molde a levantar muitos escudos e criar muitas oposições.

Mas, enfim, qual é o projeto de Igreja que propõe o cardeal prefeito da Congregação da Doutrina? É um modelo de Igreja vertical, que recebe todo o seu poder e legitimação de fora e do alto e cujas relações internas são de mando-obediência. O projeto é claro. E nisto exatamente está sua virtude e sua fraqueza. Sua virtude, porque se baseia em idéias claras e julgamento seguro. De fato, no meio da confusão geral em que o cardeal Ratzinger vê mergulhada a Igreja, há alguém que sabe o que diz o certo e o errado: ele mesmo! Sua fraqueza, por outro lado, porque o projeto de "restauração" ratzingeriano pode levar seu autor e as forças que representa ao isolamento dentro da Igreja. E isso é tanto mais trágico quanto mais ele pretende restaurar a unidade de doutrina e de ordem na Igreja que acredita em plena crise.

Por isso mesmo, é previsível que, apesar de todo o esforço, um projeto assim dificilmente pode ser assumido por um Sínodo representativo de toda a Igreja. Apesar disso, é de se supor que, determinado e seguro como um titanic, esse projeto seguirá inflexivelmente em frente, fazendo muitas vítimas antes de chegar ao seu fim.

Clodovis Boff é professor em São Paulo e ensinou na PUC/Rio. Autor, entre outros livros, de "Teologia-pé-no-chão".

Pensamentos do Cardeal Joseph Ratzinger

Publicamos a seguir alguns dos principais trechos do livro "Rapporto sulla fede", que consiste de um longo depoimento do cardeal Ratzinger ao repórter Vittorio Messori.

BALANÇO DOS ÚLTIMOS 20 ANOS

"É incontestável que os últimos vinte anos foram nitidamente desfavoráveis para a Igreja Católica. Os resultados que se seguiram ao Concílio parecem cruelmente opostos às expectativas de todos, a começar pelas do Papa João XXIII e depois de Paulo VI". (p. 27).

ABANDONAR OS CAMINHOS ERRADOS

"Afirma-se, com todas as letras, que uma real reforma da Igreja pressupõe um inequívoco abandono dos caminhos errados que levaram a consequências indiscutivelmente negativas. O Cardeal Julius Döpfner dizia que a Igreja do após-Concílio é um grande canteiro de obras. Mas um espírito crítico acrescentou que era um canteiro de obras onde se perdeu o projeto e que cada um continuava construindo a seu talante. O resultado é evidente". p. 28).

"RESTAURAÇÃO" DA IGREJA

Se por "restauração" se comprehende voltar atrás, então nenhuma restauração é possível. A Igreja vai para frente em direção ao cumprimento da história, olha adiante para o Senhor que vem. Não, para atrás não se volta, nem se pode voltar. Nenhuma "restauração", pois, neste sentido. Mas, se por "restauração", compreendemos a busca de um novo equilíbrio, após os exageros de uma abertura indiscriminada ao mundo, depois das interpretações por demais positivas de um mundo agnóstico e ateu; pois bem, uma "restauração" compreendida neste sentido (um renovado equilíbrio, isto é, das orientações e valores no interior da totalidade católica) é inteiramente desejável e já está em curso na Igreja. Neste sentido, pode-se dizer que se encerrou a primeira fase após o Vaticano II". (p. 36).

A ESPERANÇA DOS MOVIMENTOS

"O que abre à esperança, a nível da Igreja universal — e isto acontece no coração da crise da Igreja no mundo ocidental — é o surgimento de novos movimentos, que ninguém projetou, mas brotaram espontaneamente

da vitalidade interior da própria fé. Neles se manifesta, alguma coisa como uma estação de pentecostes na Igreja".

Refiro-me ao Movimento Carismático, aos Cursillos, ao Movimento dos "Focolari", às Comunidades Neo-Catecumenais, à "Comunione e Liberazione" etc. Certamente todos estes movimentos levantam algum problema; comportam também em maior ou menor medida, perigos. Mas isto acontece com toda realidade vital". (p. 41-42).



O Cardeal Joseph Ratzinger

SOBRE AS CONFERÊNCIAS DOS BISPOS

"Não devemos esquecer que as conferências episcopais não possuem base teológica, não fazem parte da estrutura inalterável da Igreja assim como foi querida por Cristo; possuem apenas uma função prática, concreta" (p. 60). "Em muitas conferências episcopais, o espírito de grupo, talvez a vontade de viver em paz e até o conformismo arrastam as maiorias a aceitar as posições de minorias afoitas, determina a andar numa direção precisa" (p. 62-63).

MODELO DE BISPO

"Nos primeiros anos do pós-Concílio o candidato ao episcopado parecia ser um sacerdote que fosse antes de tudo "aberto ao mundo"; em todo o caso, este requisito era posto em primeiro plano. Depois da virada de 1968 e em seguida, lentamente, com o agravamento da crise, se compreendeu que aquela característica única não era suficiente...." (p. 65).

SOBRE A NOVA MORAL

"Para tentar ser ainda acreditável, os teólogos moralistas do Ocidente acabam por defrontar-se com esta alternativa: parece-lhes que devem escolher entre o dissenso com a sociedade atual e o dissenso com o Magistério" (p. 86). "Não me canso de repetir: para a Igreja a linguagem da natureza é também a linguagem da moral... Respeitar a biologia é respeitar Deus mesmo, portanto, salvaguardar as suas criaturas" (p. 98).

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

"A teologia tenta responder ao problema mais dramático do mundo de hoje: o fato que — apesar de todos os esforços — o homem não é realmente redimido, não é de forma alguma livre, antes pelo contrário, conhece uma crescente alienação" (p. 182). "Trata-se, na realidade, ao menos na sua origem, de uma criação de intelectuais e de intelectuais nascidos ou formados no Ocidente opulento: europeus são os teólogos que a iniciaram, europeus — ou educados nas universidades europeias — são os teólogos que a fizeram crescer na América do Sul. Atrás do espanhol ou do português daquela pregação se entrevê na realidade o alemão, o francês, o anglo-americano" (p. 199).

O Vaticano 2º é bom Os resultados são maus

Joseph Comblin

O cardeal Ratzinger não condena o Concílio. Muito pelo contrário. Repete, com muita insistência, que aprova os seus documentos. Porém, se o Concílio foi válido, os seus resultados foram desastrosos: "É indiscutível que os últimos vinte anos foram decididamente desfavoráveis para a Igreja Católica. Os resultados que seguiram o Concílio parecem cruelmente opostos às expectativas de todos, a começar pelas do papa João 23 e do papa Paulo 6º" (p.27). 'Esperava-se um passo para a frente e, em lugar, nos encontramos diante de um processo progressivo de decadência que chegou a desenvolver-se sob o signo da reivindicação de um suposto "espírito do Concílio" e, desse modo, o desacredito" (p.27-28).

O cardeal reconhece que "muitos dos efeitos que vemos agora não correspondem às intenções dos Padres Conciliares" (p.37). No entanto, uma dúvida surge inevitavelmente: pode uma árvore boa dar frutos maus? Se o Concílio teve efeitos tão negativos, a ponto de se ter que reconhecer que provocou um processo progressivo de decadência, os Padres Conciliares podem ser considerados como isentos de toda culpa? Não tinham pelo menos o dever de rever as consequências dos seus atos?

Segundo o cardeal Ratzinger, o Concílio provocou uma divisão radical da Igreja Católica em duas alas: uma progressista e outra conservadora. Nenhuma das duas reconhece o Concílio: a ala progressista considera o Vaticano 2º como superado e a ala conservadora rejeita-o por ser responsável pela decadência da Igreja (p.26). Até agora, ninguém compreendeu, nem aplicou o Concílio: "Creio que o verdadeiro tempo do Vaticano 2º ainda não chegou, que a sua recepção autêntica ainda não começou" (p.38).

Para dizer-lo com outras palavras, a Igreja Católica está completamente confundida: ninguém é fiel ao Concílio. Um espírito de confusão tomou conta da Igreja, de tal modo que já ninguém é capaz de compreender o Concílio. Volta a dúvida: os padres conciliares não podiam ter sido um pouco mais claros e explícitos? Não podiam ter evitado tal confusão? Não manifestaram de novo uma incapacidade radical para dirigir a Igreja? Que confiança merece uma hierarquia tão incapaz?

Na opinião do cardeal Ratzinger, o

Concílio começou a desviar-se quando rejeitou os esquemas preparados pelas comissões preparatórias. O papa João 23 não tinha previsto essa eventualidade e pensava que os esquemas fossem encontrar uma fácil aceitação. Tratava-se apenas de "esclarecer alguns itens de doutrina ainda não perfeitamente definidos" (p.39). Sugere-se que o Concílio foi infiel à intenção de João 23. O Papa, porém, não teria podido pelo menos avisar aos padres conciliares? Não pecou por grave negligência? E Paulo 6º não pecou também ao permitir que o Concílio prosseguisse no mesmo rumo? Não haverá aqui uma grave acusação latente feita aos dois Papas que permitiram esses desvios?

Em toda a sua exposição do Concílio, o cardeal Ratzinger não consegue descobrir-lhe nenhum efeito positivo. Tudo é negativo. A conclusão lógica seria que nunca houve, na história da Igreja, um Concílio tão catastrófico.

Essa interpretação não de perturbar profundamente os católicos. O Concílio foi obra de episcopado universal, conduzido por dois Papas. A conclusão que se impõe é que o episcopado e os Papas se mostraram gravemente incapazes de orientarem a Igreja, num momento crucial de sua história. Como pastores da Igreja universal, falharam gravemente. Ora, se há 20 anos a hierarquia falhou tão gravemente na sua missão de conduzir a Igreja, quem nos garante que não está falhando outra vez na atualidade, ainda que seja de outro modo? Que confiança merece uma hierarquia tão deficiente? O resultado da demonstração do cardeal Ratzinger não levará os católicos a se afastarem de uma hierarquia que se reconhece tão deficiente?



Paulo VI teria errado?

O padre Joseph Comblin é belga. Ensina Teologia em São Paulo e na Universidade de Lovaina e é autor de vários livros na linha da Teologia da Libertação.

Ecumenismo: volta ao Catolicismo romano?

José Miguez Bonino
e Júlio de Santa Ana

Com o Concílio Vaticano 2º, a Igreja Católica Romana deu um passo de enorme significado que a levou a aproximar-se daquelas outras confissões cristãs que haviam tomado a decisão de participar no movimento pela unidade das igrejas e dos cristãos. Foi um acontecimento que marcou uma grande abertura, um gesto que nutriu grande e fundadas esperanças.

João Paulo 2º manifestou, em várias ocasiões, sua vontade de empenhar-se pelo aprofundamento das linhas que o Vaticano 2º começou a traçar. Entretanto, junto a estas manifestações, aparecem outras que levantam um sinal de interrogação sobre o possível progresso do movimento ecumênico. Entre elas, no capítulo 11 do livro do cardeal Ratzinger, "Rapporto sulla fede", intitulado "Irmãos, mas separados", evidencia-se um claro ceticismo sobre o alcance e as possibilidades da causa da unidade cristã.

Sem separar-se formalmente da letra do decreto do Vaticano 2º sobre o ecumenismo, o enfoque do cardeal Ratzinger, de fato, faz retroceder a dis-

cussão ecumênica, ao estado anterior ao Concílio: a Igreja Católica Romana é a única depositária da autêntica fé. A unidade só é possível por uma "volta" a ela das outras confissões. Vejamos alguns exemplos:

1. Quando o cardeal Ratzinger interpreta o protestantismo, faz referência (corretamente) às condições históricas de seu surgimento: "O início da época moderna e seus consequentes condicionamentos". Entretanto, tais condicionamentos históricos não parecem, para ele, afetar as doutrinas e estruturas do Catolicismo romano. O Protestantismo seria um fenômeno histórico passageiro: o Catolicismo, uma essência eterna.

2. O eixo em torno do qual giram os problemas da unidade parece ser, em última análise, sempre a autoridade da Igreja Católica, cuja expressão suprema é o primado da jurisdição do Bispo de Roma, o Papa. Assim, em relação às igrejas ortodoxas, a dificuldade da unidade se resume numa frase: "não conseguem aceitar que o Bispo de Roma, o Papa, possa ser o princípio, o centro da unidade...". Com relação ao protestantismo, a possibilidade de encontrar, na Bíblia, um vínculo da unidade, dá

poucas esperanças, desde que não percebam (o que ao cardeal Ratzinger parece evidente) que "tomada em sua totalidade, a Bíblia é católica" e que aceitá-la nesta totalidade "significa entrar no Catolicismo".

Todas estas afirmações são passíveis de outras interpretações. Porém, no contexto do livro, parecem enviar aos "irmãos separados" uma mensagem una e única: a possibilidade da unidade se mede pela disposição das demais igrejas em aceitar as posições da Igreja Católica Romana. O diálogo parece ficar, assim, reduzido a um instrumento de persuasão e não de encontro. Estariam às voltas com os argumentos dos polemistas dos séculos 17 e 18. O cardeal Ratzinger fecha portas onde o Vaticano 2º abria. As palavras sobre o ecumenismo neste livro-entrevista, deixam perceber certa falta de esperança, de uma excessiva preocupação, que aponta para uma ausência de coragem... Como se a fé já não valesse nada.

José Miguez Bonino é professor de Teologia em Buenos Aires e **Júlio de Santa Ana** ensina Teologia no Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo, São Paulo.



Os silêncios de Ratzinger

José Oscar Beozzo

Na longa entrevista do Cardeal Ratzinger ao repórter Vittorio Messori, descobrem-se zonas de pesado silêncio.

Um texto vale pelo que diz, mas também pode ser julgado pelo que deixa de dizer.

Há dois tipos de silêncio na entrevista: silêncio sobre o mundo e silêncios acerca da Igreja.

O Cardeal não deixa de falar, o tempo todo, sobre os males do mundo contemporâneo: seu ateísmo prático e teórico, seu individualismo, sua busca desenfreada de riqueza e de prazer. Verbera também, com força, os sinais de acomodação da Igreja ao espírito do mundo.

Falta porém uma leitura das "angústias e esperanças" do mundo de hoje como o fez o Concílio Vaticano II.

Nenhuma palavra sobre a imensa crise que se abateu sobre o mundo e que fez crescer a fome e a pobreza, em todos os países da periferia, que desencadeou um desemprego maciço nas economias no primeiro mundo e um desastre nas economias do Terceiro Mundo.

Silêncio sobre os riscos para a paz de uma corrida armamentista sem freios, de um aprofundamento da guerra fria entre leste e oeste, onde a Igreja, ao tomar partido pelo Ocidente, perde muito de sua capacidade de promotora do diálogo. Neste sentido, nenhuma referência positiva ao movimento pacifista europeu, à tomada de posição de episcopado norte-americano contra a guerra e o armamento nuclear.

Silêncio ainda acerca do racismo brutal que continua imperando na África do Sul, mantido às custas de violência, assassinatos, negação dos direitos mais elementares da pessoa.

Ou não constituem a fome, a pobreza, a opressão, o desemprego, a guerra, a violência, o racismo, interpelações pungentes à fé e que deviam figurar no âmbito das preocupações da fé e da evangelização cristãs?

Os silêncios, ao interior da Igreja, não são menos espessos.

Entre os poucos sinais de esperança



Ratzinger silencia diante do racismo na África do Sul

assinalados, o Cardeal Ratzinger colocou os movimentos: dos cursilos ao carismático, dos Focolari às comunidades neo-catecumenais e à "Comunione e Libertazione". Eles florescem nas classes médias ascendentes do setor terciário das sociedades do Ocidente. Neles aposta a Igreja o seu futuro, no dizer do Cardeal. E onde vão colocar o seu futuro espiritual as massas empobrecidas do Terceiro Mundo? Nenhuma palavra do Cardeal, para as Comunidades de Base que florescem entre as classes populares do campo e da cidade em todo o Terceiro Mundo e nas periferias do Primeiro Mundo. Paulo VI entretanto as apontava na Evangelii Nuntiandi como a esperança da Igreja.

Ao falar da Bíblia, o Cardeal exclama: "rompeu-se o vínculo entre a Igreja e a Bíblia". Se estivesse um pouco mais atento à vida das grandes maioria cristãs, reunidas nas comunidades da América Latina, veria que nunca foi tão estreito e profundo o laço entre a Palavra de Deus e as comunidades, numa leitura bíblica voltada para sua profundezas espirituais e para sua implicação prática na vida cotidiana das pessoas e das comunidades. Tem-se a clara impressão que o Cardeal confunde os problemas da Academia alemã, em seu discurso científico, des-

ligado da fé dos pequenos e da prática eclesiástica, com a leitura bíblica praticada pelos pobres, no seio das comunidades eclesiás de base.

Mais doloroso ainda é o silêncio sobre os milhares de mártires que o após-concílio conheceu nas Igrejas da América Latina. Isto é sinal de uma fé que dá testemunho e testemunho não apenas de palavras e exemplos e sim testemunho de sangue. Só uma fé eclesiasticamente muito viva e sólida, uma fé atuante e esperançosa pode suscitar tantos mártires que não são, por certo, desconhecidos do Cardeal Ratzinger. Pode ele ignorar os milhares de dirigentes de comunidades abatidos no interior de nosso país, por pedirem justiça, terra para trabalhar, pão para os filhos, mas não pode ignorar uma figura como D. Oscar Romero. Nem pode desconhecer a lista impressionante de padres, religiosos e leigos assassinados na América Central, no Chile, na Argentina, em cada um de nossos países, debaixo dos regimes de segurança nacional ou debaixo da secular opressão, que continua pesando sobre camponeses sem terra, sobre os povos indígenas, sobre as populações negras e sobre os pobres em geral.

Ao falar das religiosas, o Cardeal vê apenas crise, abandono dos valores da oração e da intimidade com Deus, salvando-se do desastre coletivo, apenas as religiosas de vida contemplativa. Silêncio pesado de novo sobre a vida religiosa feminina florescendo de maneira admirável na pastoral resultante do Vaticano II, de Medellín, de Puebla, na linha de frente dos lugares mais difíceis, em favelas, regiões sem padre e abandonadas.

Esses silêncios devem-se, em última instância, a um relatório sobre a fé que se move mais entre os estreitos limites que vão do Danúbio, na Baviera, às margens do Tibre, em Roma, em vez de repousar o olhar, sem preconceitos e etnocentrismos, sobre a concreta catolicidade da Igreja, espalhada e viva, principalmente entre os mais pobres, conforme as preferências do Senhor Jesus.

José Oscar Beozzo é historiador e teólogo, coordenador do CEHILA/Brasil.

Moral sem Justiça?

Márcio dos Anjos e
Dalton de Barros

Lendo a entrevista do Card. Ratzinger, percebemos sua visão alarmista sobre a moral cristã. Descreve-a dentro de um cenário dramático, cheio de fraturas e consequências devastadoras. Reduz o enfoque à sexualidade, enquanto permissividade e liberalismo sem freios racionais. Entende que aí se abra declarado dissenso com o Magistério da Igreja, sendo o principal campo de tensão entre Magistério e teólogos.

Nossa perspectiva não é tão alarmista, nem conseguimos ver os tempos de hoje como ameaça. Parecemos antes tempos em que emergem os sinais de Deus presente na História em transformação. É isto que aprendemos do Concílio Vaticano II. Toca-nos então ver o que Deus nos fala através dessas transformações e que apelos nos faz. Vemo-nos participantes de uma cultura e de um universo que se fragmenta, mas cujas rupturas podem ser como frutos maduros que se rompem lançando novas sementes.

Entre as tarefas da Teologia Moral vai a busca de compreensão do comportamento humano na complexidade de uma nova cultura em gestação. O descompasso entre o comportamento real e a proposta do Deus libertador não é novidade; e a moral cristã vive da consciência do homem imperfeito que cresce para chegar à estatura de Cristo, como diz S.Paulo. O esforço dos teólogos, e porque não do próprio Magistério, tem sentido quando vai na direção de facilitar ao Homem moderno, enquanto moderno, torna-se livre e fiel em Cristo. Por isso mesmo fica difícil entender a disjuntiva: ou dissenso com o Magistério e adesão total à sociedade permissiva, ou dissenso com a sociedade permissiva e obediência total ao Magistério.

Ser humano significa estar ligado à



Ratzinger: alarmismo sobre a moral cristã

FABIO LAVATORE

História e colocado inapelavelmente no mundo das relações. Não dá para não estar no mundo, mesmo buscando não ser do mundo da injustiça. Por isso o Conc. Vaticano II ensina a inserção e o diálogo. É o que permite ao cristão tanto evangelizar a sociedade, como também é o que desaloja de uma tentação de se furtar às mudanças e fugir da realidade. Diante disso, parece não caber o apelo a um Magistério que definisse as normas morais por recursos a "pontos firmes" não declarados, sem diálogo com as razões e correntes de pensamento. Um Magistério assim proposto tem, nos tempos de hoje, sabor de burocracia e exercício de poder. Seria preciso considerar mais o cotidiano da vida dos próprios cristãos. Ali se percebem não só os desafios concretos ao Espírito, mas também se vê que o Espírito vai tecendo seus caminhos através de práticas concretas dos cristãos que o acolhem.

A este ponto, é preciso notar a polarização do discurso moral do Card. Ratzinger em torno da sexualidade. Isto é explicável em termos de hemisfério norte ocidental, onde a concentração do poder entre capital e consumo vem esvaziando os indivíduos de relações mais comprometidas. A nós toca colher os frutos da crueldade do sistema daí derivado. E se fosse para falar em "drama moral" pensariamos antes nas injustiças sociais que produzindo

a fome e o empobrecimento do povo, dilaceram sua própria capacidade de exercer uma sexualidade humanizada.

Pela inserção e diálogo, a Teologia, longe de ser corpo estranho e anacrônico, tem chance de ser, e de algum modo vem sendo, tempôro e fermento para o tecido sócio-cultural. É verdade que há áreas, como a da sexualidade, em que a proposta católica de verificações e critérios não ganha a mordência desejada. Talvez porque ainda não assumimos ali a coerência libertadora, cultivando a preocupação de simplesmente controlar a sexualidade como força devastadora, lugar de perversidade e devassidão. De qualquer forma é inegável que haja ganhos na qualidade humana do relacionamento sexual e há quebra de costumes que estão resultando em posturas mais humanizadoras e portanto mais próximas do Evangelho.

Mas como pretender que tenhamos respostas prontas para tudo, enquanto a história humana ainda se faz? No fundo, o alarmismo do Card. Ratzinger quanto à moral parece esconder um medo de acolher o Espírito que nos convoca para um futuro novo e melhor.

Márcio dos Anjos é professor de Moral em São Paulo e **Dalton de Barros** é professor de Psicologia e Moral em Belo Horizonte.

Sínodo e modelos de Igreja

Pablo Richard

No próximo Sínodo, estarão se confrontando dois modelos de Igreja e possivelmente será definida uma alternativa. Uma opção seria definir a Igreja como a força espiritual do Ocidente em luta contra o Leste. Essa Igreja assumiria, como contradição principal da sociedade, o conflito entre os países capitalistas, chamados democráticos, e os países comunistas. Esta é a opção que se identifica um pouco com a visão de mundo do presidente norte-americano Ronald Reagan. Outra opção seria definir a Igreja como força espiritual do Terceiro Mundo, dos oprimidos e explorados, em luta contra os centros de morte, que são as transnacionais, os grandes bancos, o militarismo. E a nossa opção da América Latina já está tomada: optamos pelo Terceiro Mundo, pela luta contra a miséria e a pobreza.

A QUEM INTERESSA O SÍNODO

O Sínodo foi programado e convocado pelos setores conservadores. Nós, do Terceiro Mundo, não precisamos do Sínodo, pois Medellín e Puebla servem assim como nossos "sínodos particulares". A realização deste Sínodo foi uma necessidade sentida pelos setores conservadores, que pretendem fechar o ciclo iniciado com o Concílio Vaticano II. Para eles, o período pós-conciliar está esgotado e hoje a Igreja precisaria voltar ao que seriam suas estruturas fundamentais. Eles desejam uma restauração do poder da Hierarquia, uma volta à grande disciplina.

O QUE FOI O VATICANO II

O Vaticano II significou uma abertura da Igreja para o mundo. A Igreja passou a entender o que significava o mundo moderno, que estava sendo construído desde o século XVI. Foi portanto um grande avanço, a Igreja passou a reconhecer a autonomia do temporal, a se sentir solidária com as alegrias, as angústias e os conflitos temporais.

O Concílio foi muito importante e inspirou Medellín e Puebla, onde nós fomos muito mais adiante. Foi quando

a Igreja latino-americana descobriu a miséria e definiu sua opção preferencial pelos pobres. Ocorreu também a renovação da Igreja a partir das bases, a construção das Comunidades Eclesiais de Base, a participação dos leigos.

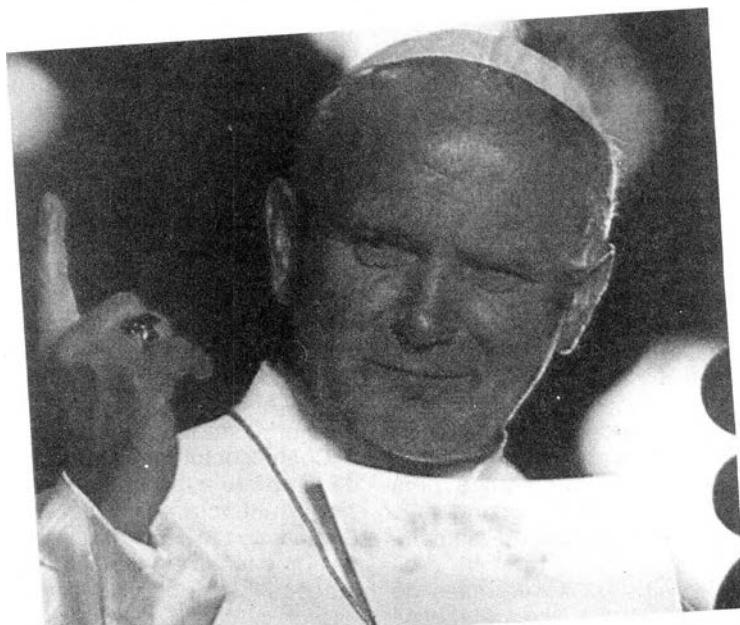
Os setores conservadores olham para este período com muita desconfiança. Para eles, estes últimos 20 anos representaram uma época de crise da Igreja, onde ela entrou em decomposição, de diminuição de influência. Os setores conservadores avaliam os movimentos de renovação, como por exemplo a Teologia da Libertação, como a causa de todos os males da sociedade moderna. Para eles o movimento ecumênico, os movimentos feministas, são os responsáveis pelo consumismo, pela libertação sexual, pelo materialismo, pela perda dos valores éticos. Eles não valorizam os movimentos renovadores, porque eles não vêm o mundo sob a perspectiva dos oprimidos.

O Sínodo é um acerto de contas da

Igreja Européia, ou de setores da Igreja Européia, que desejam restaurar valores sepultados pelo Vaticano II. Não será um Sínodo democrático, pois os cardeais que participarão do Sínodo convidados pelo Papa João Paulo II não representam de forma proporcional o peso das Conferências Episcopais do Terceiro Mundo. O Primeiro Mundo será super representado.

Resta a esperança de que os setores progressistas das Conferências Episcopais da Europa tenham interesse em defender o Vaticano II contra os ataques dos restauradores. Uniremos dois objetivos. O deles, é o de defender o Concílio Vaticano II, mesmo sem apoiar claramente a Teologia da Libertação, e o nosso, que é defender essa Teologia e impedir que ela seja punida.

Pablo Richard é teólogo, membro do Departamento Ecumônico de Informação (DEI) e professor de teologia na Universidade Nacional da Costa Rica. Este texto é trecho de um depoimento concedido a Miguel Biazzo Netto e Flávio Irala.



João Paulo II: convocação pouco representativa.

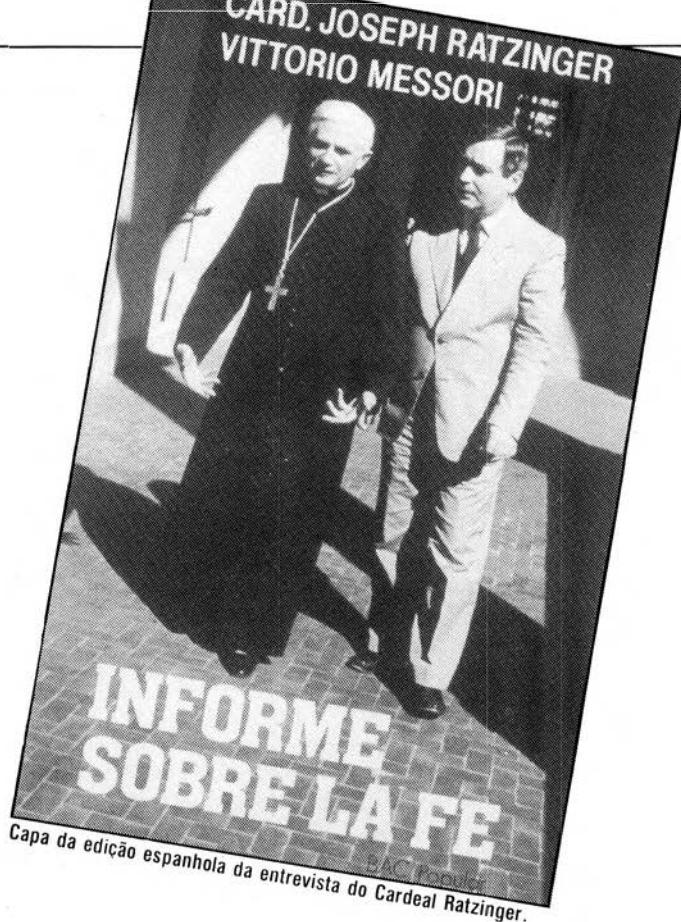
Três tristes perplexidades

Hugo Assmann

Tres são minhas perplexidades fundamentais diante do pensamento de Ratzinger. Posso apenas anunciar-las brevemente. Mas confesso que elas me deixam entristecido no meu amor à Igreja.

Como cristão, fico perplexo diante da lógica peculiar de uma "fé" que, levada às suas últimas consequências, não só desloca o Cristo do seu lugar central, mas esvazia sua relevância. No fundo, como nas cenas finais de lenda do Grande Inquisidor, de repente fica evidente que Cristo está de sobra e não faz falta alguma. Na concepção de Ratzinger, o que é instrumento a serviço da fé - as estruturas humanas e históricas da Igreja - são em si mesmas o objeto primeiro e central da fé. Por que? A lógica é a seguinte: se as estruturas da Igreja não foram declaradas intocáveis, suprahumanas e divinas em si mesmas - elevadas a um âmbito no qual "o reformador, o sociólogo, o organizador não tem qualquer autoridade para intervir" (p. 46) - a "fé" acaba tornando-se arbitrária, faltam-lhe segurança e garantia. Sem a garantia dessas estruturas avalizadoras da "autenticidade" da fé, "a própria cristologia perde sua referência ao Divino" (p. 46). Em outras palavras, sem a garantia da Igreja, não só a fé não tem chance de acertar o seu alvo (o Deus de Jesus Cristo), mas o próprio Cristo está perdido, já que não haveria quem lhe garantisse a sua divindade. Quem toca nas estruturas fundamentais da Igreja, devidamente divinizadas, desviniza a Cristo e se torna irremediavelmente ateu. Pergunto: não há, neste radical deslocamento do eixo da fé, do Cristo para as estruturas da Igreja, uma verdadeira heresia, a "heresia do inquisidor"?

Como teólogo, fico perplexo com a teoria da linguagem de Ratzinger. Os teólogos amamos certamente as palavras no que dizem, mas também o silêncio oculto nelas. Os guardiões do "depósito da fé" querem congelar esse depósito na materialidade instituída de significantes definitivos, puramente

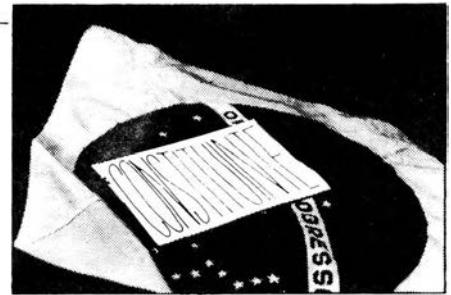


denotativos, sem interstícios de silêncios e gritos (de alegria e de dor). Buscam controlar todos os "outros sentidos" que poderiam brotar da conotação. Embora se trate de uma tendência muito velha em nosso Ocidente logocêntrico, há uma novidade, no capitalismo: seu fetichismo. A palavra-mero-significante, por exemplo um dogma, num mundo de relações mercantis, funciona como palavra amoedada, palavra-mercadoria, puro valor de troca, quando não se tem em conta as mediações históricas de sua circulação no mercado. Será que Ratzinger não se dá conta de que a inculcação repetitiva de palavras congeladas, além de essencialmente autoritária, poderia estar com inveja de eficácia do slogan publicitário? Se assim fosse, não haveria mais porque preocupar-se com a "verdade eterna" das palavras congeladas. Conteúdos banais e slogans ideológicos são material perfeitamente apto para o mesmo jogo autoritário.

Como sociólogo, minha perplexidade se refere à teoria do poder que Ratzinger enuncia e pratica. As Ciências Sociais se têm esmerado em descobrir as colocações em cena, ou seja as mediações históricas de cada legitimação do poder. Ratzinger tem uma teoria do poder cuja característica fundamental está precisamente no seguinte:

afirmar uma legitimidade institucional que possa prescindir inteiramente de suas mediações históricas. Um poder é inquestionavelmente legítimo em sua própria configuração, porque essa mesma configuração, evidentemente histórica, é declarada supra-histórica e divina. Sobre tal poder, segundo Ratzinger, o sociólogo não tem nada a dizer. Apesar desse desconvite, sinto-me convidado a avançar uma hipótese. A legitimidade invocada pelas instituições eclesiásticas sacerdotalizadas é, por causa dessa sacerdotalização, um tipo muito peculiar de legitimação religiosa. A diferença de outras instituições de poder, que eventualmente também invoquem legitimações religiosas como parte de sua ideologia, no caso dos poderes hierarquizados pela via da sacerdotalização, o controle das formas de exercício do poder pode atingir níveis muito mais totalitários. Porque? Porque os canais de produção e circulação das ofertas (da "salvação" e da "verdade") tendem a formas extremas de "estatização".

Hugo Assmann é sociólogo e teólogo, atualmente professor da UNIMEP, Piracicaba. Entre seus livros se destaca "Teología desde la praxis de la liberación", escrito no exílio.



Constituinte e Constituição

Dalmo de Abreu Dallari

Quando se trata da Constituinte a primeira questão que devemos buscar esclarecer é: o que é fazer uma "Constituição"? Fazer uma Constituição é "organizar". "Organizar" é marcar a situação especial de cada brasileiro. A flor tem sua "constituição", isto é, tem suas diferentes partes, e cada parte tem sua localização bem precisa e definida. A constituição da flor é fixa. A rosa de hoje tem a mesma constituição da rosa de 500 anos passados. Mas a constituição de um País muda porque o homem é inteligente e livre, por isso também a constituição de cada País é diferente uma da outra.

AS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL — HISTÓRICO

1824: Só elaboraram os **grandes proprietários**. O povo não participou. Mas, D. Pedro achou que a constituinte estava avançando sinal. Daí: dissolveu a Constituição oficial e nomeou uma constituinte própria que elaborou a constituição.

1891: Fez quase o mesmo que a de 1824. Mas Aristides Lobo disse: "o povo assistiu "bestializado" a proclamação da república", isto é, ninguém estava sabendo o que estava acontecendo. O povo não participou.

1934: **Após a revolução de 1930**. Esta Constituição já teve um pouco, um pouquinho de "povo". Melhor, eram intelectuais que acompanhavam o povo. 1937: Getúlio fechou o congresso e publicou uma nova constituição, cujos autores não se conhecem.

1946: Foi eleita às pressas a constituinte e feita a constituição. Quem a elaborou foram professores de direito. Mas, estes professores não tinham contato com os pobres. A Constituição é **linda**, mas inviável.

A **bancada paulista** era uma "banqueirada" paulista.

1967: **Após o golpe de 1964**. Quem a

fez? Uma comissão fez o projeto que Castelo Branco mandou ao Congresso Nacional. Mas, deixou claro: "Tais e tais pontos são intocáveis". E deu só 5 dias para ser estudada e aprovada. 1969: Só se fizeram "emendas". Mas que mudaram mais de 90% da Constituição. E chamaram "emenda nº 1". Assim Hoje. 1) não temos Constituição, temos "emenda"; 2) não temos presidente, temos "substituto".

PROBLEMAS DA CONSTITUIÇÃO E CONSTITUINTE

Será que a atual organização do Brasil é boa?

- Há 32 milhões de menores abandonados.
- Há milhões de desempregados. Porque há isto? porque o Brasil não está bem organizado.
- A riqueza não está bem distribuída porque não respeita nem quem trabalha nem quem precisa.



Comício pela Constituinte em 1945, em São Paulo.

- Salário mínimo. No Acre, no Rio Grande do Norte, na Paraíba os professores nem recebem um salário mínimo. No entanto há pessoas que numa só noite, num jantar gastam muitos salários mínimos.

O QUE É A "CONSTITUIÇÃO" DE UMA NAÇÃO

É a Carta Magna, é a Lei Magna é a Lei Maior.

1. É a "Lei Maior" porque está **acima** de todas as leis. Nenhum país pode emitir decretos posteriores ou outras leis que fossem contra a Constituição. Daí a expressão: "Uma Lei Constitucional". E a lei inspirada e conforme a Constituição.

2. É a "Lei Maior" também pelo seu **conteúdo**.

Pois é a expressão da vontade **política** do povo. "Política" da palavra grega "polis" que é a "cidade" ou melhor o "centro de convivência".

Logo, a vontade "política" é a vontade que organiza o "Centro de convivência do povo". Isto é, indica de que modo o povo deve conviver. Assim, estabelece os **direitos** e os **deveres** do povo. Mais propriamente, estabelece os direitos **fundamentais** e os deveres **fundamentais** do povo.

3. **Exemplos:**

a) **Direito de propriedade:** sabemos pelo IBGE que no Brasil só 40% de brasileiros tem propriedade e 60% não a tem.

b) **Direito à educação:** Só em São Paulo há 60 mil crianças de idade escolar que não tem escola. Ora, a educação é um dos direitos fundamentais de cada pessoa.

OBJETIVO OU FINALIDADE DA CONSTITUIÇÃO

A Constituição estabelece como a comunidade deve ser governada.

Santo Agostinho diz: "Cada homem é igual ao outro". Logo, nenhum homem poderia mandar no outro. Assim, não

deveria haver governo. De fato, no dia em que todos se comportassem **realmente como cristãos** nem precisaria mais de governo.

A realidade porém, nos mostra a **necessidade de um governo**.

QUEM VAI GOVERNAR

A prática nos aponta a **escolha de "representantes"**. Ora, nossa constituição prevê o **"Conselho de Segurança Nacional"**. Mas seus membros não foram escolhidos pelo povo e nem seus **objetivos** visam o verdadeiro bem do povo. Pois os seus objetivos são dois: 1. Desenvolvimento econômico, isto é, criar riquezas, aumentar o produto nacional bruto. 2. Segurança nacional.

1) Quanto ao desenvolvimento econô-

mico, o Brasil se enriqueceu mas o brasileiro se empobreceu, por isso, conforme as palavras do Papa sobre "o trabalho" na "Laborem Exercens", devemos superar dois materialismos: a) o materialismo **técnico** que é o "marxismo". b) o materialismo **prático** que é o capitalismo.

2) Quanto a segurança nacional, entendeu-se por "segurança armada", que forçam o povo a ficar "bonzinho". Todos eram de antemão "criminosos" até prova em contrário, quando o verdadeiro princípio sempre foi e deve ser: todos são inocentes até prova em contrário.

Desta inversão de princípios da Lei de Segurança Nacional resultou o "princípio" da violência, ou o princípio da

"agressão preventiva", a saber: eu agrido antes de ser agredido. Aliás, a Lei de Segurança Nacional: - não é "lei": é imposição. - não é "segurança": porque gerou insegurança. - não é "nacional" porque veio dos Estados Unidos.

DAQUI A PERGUNTA: O BRASIL TEM CONSTITUIÇÃO?

Podemos dizer que o Brasil tem Constituição, mas não a segue. Ou melhor, temos uma Constituição com 90% de emendas. Logo, nem temos constituição, temos uma "emenda" de Constituição.

E nem sequer esta emenda o governo a cumpre. Basta lembrar que o governo calcula o salário mínimo só para uma

Livre e soberana: Constituinte

O texto publicado a seguir é a justificação do projeto de emenda apresentado pelo PT, para a convocação da Constituinte. Ele foi proposto como substitutivo à convocação apresentada pelo governo.

Djalma Bom

Defendemos a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre em relação à Leis repressivas e arbitrárias, e soberana em relação ao Poder Executivo, especialmente convocada para elaborar uma Nova Constituição, fruto de amplo debate nacional, eleita em condições de liberdade e participação amplas.

A rigor, não há nenhum órgão, pessoa ou poder especialmente competente, para convocar o poder constituinte originário. Tudo o que se pode dizer, em aproximação, é que esse Ato Convocatório pode ser praticado por aqueles que, legitimamente representam o povo soberano. Na situação atual de nossa desorganização política, após mais de duas décadas de ditadura, essa legitimidade cabe ao Congresso Nacional, de cujos componentes a maioria foi eleita pelo povo, embora com distorções representativas de monta, de todos conhecidas. Frize-se, no entanto, que, quanto à Constituinte, a intervenção do Congresso deve limitar-se à sua convocação e nada mais.

Observe-se, ademais, que a reconstitucionalização do País é algo totalmente diverso do exercício, ainda que profuso do poder constituinte derivado, mediante emendas constitucionais. Diversos, em primeiro lugar, pelo objetivo visado, o qual, no momento presente, só pode ser a instauração de nova ordem constitu-

onal e não a rebocadura do edifício político em ruínas. Diverso, em segundo lugar quanto à competência. Importa sublinhar que Assembléia Nacional Constituinte não é órgão legislativo ordinário. Não pode exercer duas funções tão dispare, nem deve auto constituir-se em Congresso, uma vez encerrada a tarefa de elaboração constitucional. O mandato popular deve ser claramente expresso e não há de comportar aproveitamento indevidos. O povo elege seus representantes para o fim específico e maior de dotar o País de uma nova Constituição; não escolhe mandatários encarregados de legislar segundo princípios e normas que ainda não foram estabelecidos. O defeito da fórmula e normas que ainda não foram estabelecidos. O defeito da fórmula de eleição do futuro Congresso com poderes constituintes é patente: o órgão constituinte já nasceria investido de poderes estritos e limitados, pois uma das peças chave do mecanismo constitucional, a saber o Legislativo, viria montado e organizado antes mesmo que a Constituinte se instalasse. Não se pode afirmar que a atual organização do Congresso seja ótima à luz das grandes necessidades nacionais. E também não se pode evitar que membros de uma Constituinte, a ser transformado em Congresso ordinário, sejam tentados a formular normas constitucionais em causa própria.

A convocação da Constituinte não pode ser retardada para o final de 1986; tanto mais que tudo aconselhava venham o novo Legislativo e os novos governantes a serem eleitos sob o império da nova Constituição, a partir justamente do final do próximo ano.

Dai a proposta de se convocar eleições para a Constituinte no primeiro semestre

de 1986 e de se organizar oficialmente ampla consulta popular — através de Comissões Consultivas Municipais — em preparação à elaboração constitucional, durante o segundo semestre do corrente ano.

Resta uma última questão no caminho dessa indispensável e urgente reconstitucionalização: é a tomada de decisões legislativas consideradas necessárias para remover obstáculos — o chamado "entulho autoritário" — às eleições para Constituinte. A proposta ora apresentada afasta, com a simplicidade de breves disposições, esses obstáculos. Ela une, num mesmo diploma, matéria constitucional e matéria legislativa ordinária. Por isso, a forma escolhida foi a de uma PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO.

Propomos, na linha da remoção dos obstáculos à liberdade de manifestação e expressão políticas, a revogação das "Salvaguardas Constitucionais" e as atribuições que a atual Constituição confere ao Conselho de Segurança Nacional. Nesse mesmo sentido somos pela revogação da Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa e Lei de Greve. Na proposição que fazemos reafirmamos o princípio da livre organização partidária e a extensão do direito de voto a todos os brasileiros maiores de 18 anos.

O estabelecimento do critério da proporcionalidade pelo número de eleitores para a composição da Assembléia Nacional Constituinte funda-se no fato de que a soberania popular não comporta, numa eleição proporcional, desigualdade entre os eleitores dos Estados.

Djalma Bom é metalúrgico e deputado federal, líder do PT na Câmara dos Deputados.

pessoa ao passo que a Constituição manda calcular o salário mínimo **para a família também**.

A CONSTITUINTE

1. Quem vai e como se vai reorganizar o Brasil

Quem? O **povo** se não for o povo a organização será imposta, inautêntica. Mas o que fazer para que seja o povo quem organiza.

Daí o problema da "**Constituinte**"

"Constituinte" é a abreviação de "Assembléia Nacional Constituinte".

"Assembléia", isto é, reunião de pessoas.

"Nacional", porque devem se reunir pessoas da nação inteira.

"Constituinte", porque estas pessoas vindas de todo o Brasil deverão elaborar a Constituição.

E a elaboração desta Constituição consistirá em colocar juntos numa só lei, a "**Lei Magna**" **as regras que já existem na consciência do povo**. Devem escrever a Constituição. Não fazer. Só escrever. Quem faz a Constituição é o povo. Logo, os constituintes não deverão "inventar" novas regras. Deverão, isto sim, colocar juntas numa só "Grande Regra" as regras que todos já vivem ou querem viver.

Os constituintes, portanto, devem apenas "formalizar", isto é, "dar formas" oficiais àquilo que já está na consciência do povo. Um ex: apenas a Lei da herança.

2. COMO? Mediante representantes

Os representantes no teatro: representam, fingem. E os políticos, representam o povo? fingem que pensam como o povo?

Daí a necessidade de eleger pessoas "**independentes**", isto é, **não vinculadas a nenhum partido político**.

Tanto mais que os nossos partidos políticos estão distanciados do povo. Mesmo os partidos mais próximos do povo tem divisões internas e estão pressionados pela situação.

Daí a exigência absoluta de que os representantes da Constituinte sejam **totalmente independentes**:

- tanto de qualquer partido político
- como também do Congresso Nacional.

Em outros termos: A Constituinte seja exclusivamente Constituinte, convocada exclusivamente para fazer a Constituição. E, uma vez elaborada a Constituição os constituintes voltarão para as suas casas sem qualquer outro compromisso político.

Dalmo Dallari é jurista e professor de Direito na Universidade de São Paulo.

Eleições municipais e suas consequências

Clóvis Rossi

O pároco da Igreja de Santa Cruz das Almas dos Enforcados, no bairro da Liberdade em São Paulo, constuma dizer que quando as coisas vão mal "Iá fora" (no mundo), vão bem lá dentro (a venda de velas, por exemplo, aumenta brutalmente, porque os fiéis agarram-se fervorosamente a elas, na esperança de verem atendidos seus pedidos e, consequentemente, minorados seus problemas).

O que acontece hoje, nas eleições municipais de São Paulo, é mais ou menos a mesma coisa que ocorre na paróquia dos Enforcados: a coisa vai mal, muito mal, no mundo. Há uma inflação insuportável, o nível de insegurança ultrapassou os níveis de alerta máximo, há desemprego e subemprego, o transporte é precário, a habitação idem.

É compreensível, assim, que muita gente, mas muita gente mesmo, se apegue às "velas humanas", que, no caso específico da capital paulista, estão tomando a forma de Jânio da Silva Quadros. Por que? Porque o ex-

presidente promete tudo, até aquilo que sabidamente não pode cumprir. Promete principalmente a segurança que todos buscam, e há um grande contingente de eleitores que sente uma compulsiva necessidade de acreditar nessas promessas.

Só assim se poderia explicar, realmente, o favoritismo desse velho político populista e autoritário, nas eleições municipais de São Paulo. "É uma fuga para o passado", acredita o sociólogo José Álvaro Moisés, da Universidade de São Paulo e da direção nacional do partido dos Trabalhadores.

Uma fuga igualmente fácil de explicar: em 1982, o PMDB — então a grande expressão da oposição ao regime militar que estrelou a Nação, em todos os sentidos, durante mais de vinte anos — subiu ao poder nos Estados, abrindo uma risonha promessa de mudanças. "É preciso mudar", dizia, a propósito, o slogan peemedebista da época, em S. Paulo.

Mas o que aconteceu, nos três anos seguintes, foi a frustração dessa expectativa. Não é o caso, aqui, de analisar a fundo porque o PMDB, uma vez instalado em importantes governos estaduais, não conseguiu introduzir as mudanças prometidas. O fato, incontestável, é que pouca coisa mudou de 1982 para cá.

Para complicar a situação, veio, com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em janeiro passado, uma promessa ainda mais rica de mudanças. Afinal, era o poder supremo na República que mudava de mãos. Tancredo, como todo mundo sabe, não pôde assumir a Presidência e a prometida "Nova República" acabou não passando, ao menos até agora, de um produto híbrido de velho e de novo, com a desvantagem de que o novo aparece muito mais no plano institucional do que na esfera das necessidades das categorias sócio-econômicas mais despossuídas.

Haja frustração, portanto. É compreensível, assim, que ocorra essa "fuga para o passado" apontada por José Álvaro Moisés. Num país de memória sabidamente curta, o eleitorado volta-



se para aquele que promete mais, pouco interessado em discutir se as promessas são, ao menos, exequíveis.

E o empurrão para o passado é ajudado pelo fato de que os partidos políticos brasileiros não têm tradições, não têm raízes. Basta ver o caso de São Paulo, ainda: o PMDB é, de longe, o partido preferido da maioria do eleitorado (chegou a ter mais de sessenta por cento de apoio, até meados do ano), mas o seu candidato não chega, nas pesquisas, sequer à metade do índice atingido pelo partido. Ou seja, a imagem de um e de outro não colam. Vota-se muito mais em pessoas do que em partidos.

Para fechar o círculo da volta ao passado, acredita-se, ainda, na velha cantiga do anticomunismo. Jânio da Silva Quadros repete um discurso que era corrente em 1962/63, procurando fazer crer que a foice e o martelo vão substituir, já, já, a "Ordem e Progresso" inscritos na bandeira. Quem enxerga um dedo adiante do nariz, sabe que é mentira. Sabe que os partidos comunistas, hoje, não têm metade do peso político, eleitoral e social que tinham há vinte ou trinta anos — e que já não era decisivo.

Mas há uma parcela importante do eleitorado que acredita nesse falso perigo e se volta contra o candidato apoiado pelos PCs, no caso o senador Fernando Henrique Cardoso.

Diga-se, entretanto, que a "fuga para o passado" não é fenômeno exclusivamente paulista. Em quase todos os grandes centros — Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba — o PMDB está ameaçado de sofrer uma séria derrota eleitoral, seja para o PDT, a outra vertente do populismo caudilhesco, encabeçada por Leonel Brizola, seja para os conservadores do Partido da Frente Liberal.

Para essa perspectiva de derrota global, contribuem vários fatores:

1 — O já mencionado desgaste das administrações estaduais peemedebistas. Ou, quando ela não ocorre (caso do Paraná), a incapacidade de o candidato captar o mesmo nível de simpatia que a legenda carrega.

2 — O desaparecimento da polarização governo (igual à ditadura) versus oposição (igual a PMDB), vigente durante anos.

3 — A incapacidade de o PMDB, enquanto dono de uma fatia significativa do poder central, elaborar uma política

consistente de mudanças, ao contrário do que prometera, primeiro como partido de oposição e, depois, como parte da coalizão de apoio ao presidente eleito.

Para agravar as coisas, do ponto-de-vista das correntes progressistas, o vazio deixado pelo PMDB não é ocupado pelas forças mudancistas, mas pelos conservadores (em São Paulo, por exemplo, o PMDB murcha e o PT não cresce, mantendo, pouco mais ou menos, a porcentagem de votos obtida nas eleições de 1982).

Encontrar explicações para esse fato inegável já é tarefa mais complexa, que transcende os limites deste trabalho. O importante é apontar a realidade: a partir das eleições municipais de 15 de novembro, a balança do poder político no Brasil vai se inclinar, novamente, para o lado mais conservador, com reflexos, primeiro, na eleição dos constituintes, no ano que vem, e, a médio prazo, na sucessão presidencial.

Clóvis Rossi é repórter político da Folha de São Paulo e tem uma grande experiência profissional, como correspondente no exterior e como responsável pela redação e reportagem de vários jornais brasileiros.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

Poesia Profecia Magia (Rubem Alves)	Cr\$ 20.000
Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves)	Cr\$ 20.000
Poetas do Araguaia	Cr\$ 20.000
Batismo Eucaristia Ministério	Cr\$ 15.000
Varal de lembranças (Histórias da Rocinha)	Cr\$ 30.000
Discussão sobre a Igreja (Zwinglio M. Dias)	Cr\$ 15.000
Salvação Hoje (Mortimer Arias)	Cr\$ 15.000
Liberdade e Fé (R. Alves e outros)	Cr\$ 15.000
Profeta da Unidade (Júlio Andrade Ferreira)	Cr\$ 15.000
Celebração da Vida (John Poulton)	Cr\$ 15.000
Missão e Evangelização suplemento 28	Cr\$ 15.000
Missão e Evangelização:	
Uma afirmação ecumênica (CMI)	Cr\$ 10.000
Imagens da Vida (espanhol)	Cr\$ 10.000
Protestantismo e Política - suplemento 29	Cr\$ 10.000
Ideologia e Fé (André Dumas)	Cr\$ 10.000
Estudos Bíblicos de um Lavrador	Cr\$ 10.000
Chamados a dar testemunho hoje	Cr\$ 10.000
Jesus Cristo a Vida do Mundo	Cr\$ 25.000
Missão da Terra sem Males	Cr\$ 50.000
De Dentro do Furacão (Richard Shauell)	Cr\$ 30.000
O Vaticano e o Governo Reagan (Ana Maria Ezcurra) (CDHAL)	Cr\$ 30.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI (Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 - São Paulo - SP)

Aconteceu Especial 15

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL / 1984

**Uma leitura indispensável
para todos que apóiam a luta dos
povos indígenas por direitos permanentes.**

Notícias sobre 165 povos.
23 comentários assinados,
21 mapas,
26 quadros e 90 fotos.
Fontes diretas e
mais 55 jornais.



**332 páginas
Cr\$ 55.000**

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI (Av. Higienópolis, 983. CEP: 01238 — São Paulo — SP).

Os salários e a ‘‘Nova República’’

O governo da ‘‘Nova República’’ tem sido marcado por uma contradição básica e fundamental. De um lado, a execução de uma política econômica conservadora e continuista, e de outro, por uma política institucional de mudanças, ainda que restritas e controladas. Este conservadorismo e o continuismo da política econômica se expressa, principalmente, na inércia da equipe governamental, diante do agravamento crescente dos problemas da dívida externa, da dívida pública e da aceleração inflacionária. Os rumos básicos da política econômica não foram alterados e, agora, até mesmo a retórica oficial comece a se confundir com as vozes do passado autoritário, no que se refere às questões salariais e trabalhistas. As greves são produto de pequenas minorias, da ‘CUT’, do ‘PT’, ‘ameaçam a democracia’, e esta ofensiva conservadora da ‘Nova República’ parece agora uma campanha orquestrada contra os reajustes trimestrais e a reposição efetiva das perdas salariais. O objetivo deste texto é colocar o debate no seu devido lugar, discutindo alguns aspectos essenciais sobre a questão salarial do país.

Aloizio Mercadante Oliva

A indústria cresceu no Brasil, no período de junho de 1984 a junho de 1985 6,3% e a Indústria de Transformação 6,1%.

No ano passado o crescimento industrial era explicado pelo desempenho das exportações, o deste ano, não. Isto porque a quantidade de produtos exportados, nos primeiros sete meses do ano, apresentaram uma queda na exportação de manufaturados de -1,2%.

Os investimentos públicos e privados também não estão crescendo significativamente em relação ao ano anterior. Todos os principais indicadores, apontam que o crescimento econômico da indústria deste ano está sendo sustentado pela **demandade consumo**. Este crescimento na demanda de consumo é explicado pelos seguintes fatores:

a) Principalmente pela expansão do consumo das classes de alta renda, porque se partirmos do crescimento do comércio varejista, os automóveis e

supermercados, as vendas cresceram apenas 1,7% neste ano.

b) A massa salarial também cresceu, no período de janeiro a maio 9,92%, provocado pelo crescimento do emprego de 5,64% e pelo crescimento do salário médio real, que segundo o IBGE, foi de 4,05%; O crescimento do salário médio real é explicado fundamentalmente pela mudança na estrutura de emprego das empresas, que com o crescimento econômico e do emprego, estão voltando a recontratar os profissionais qualificados, que pesam de forma determinante para a definição da média salarial.

Conclusão básica: A defesa dos níveis salariais e a reposição das perdas acumuladas é um instrumento fundamental para o governo, se realmente o objetivo central da política econômica for o crescimento econômico. Com uma taxa de crescimento populacional de 2,2% o país precisa crescer anualmente 6%, para absorver, pelo menos, os jovens que ingressam no mercado de trabalho.

INFLAÇÃO E SALÁRIOS

O processo inflacionário está sendo acelerado basicamente pelos seguintes motivos:

a) Nos últimos meses, pela pressão do custo de vida. Em julho o IGP foi de 8,9%, o ICV-RJ foi de 12,4% contra

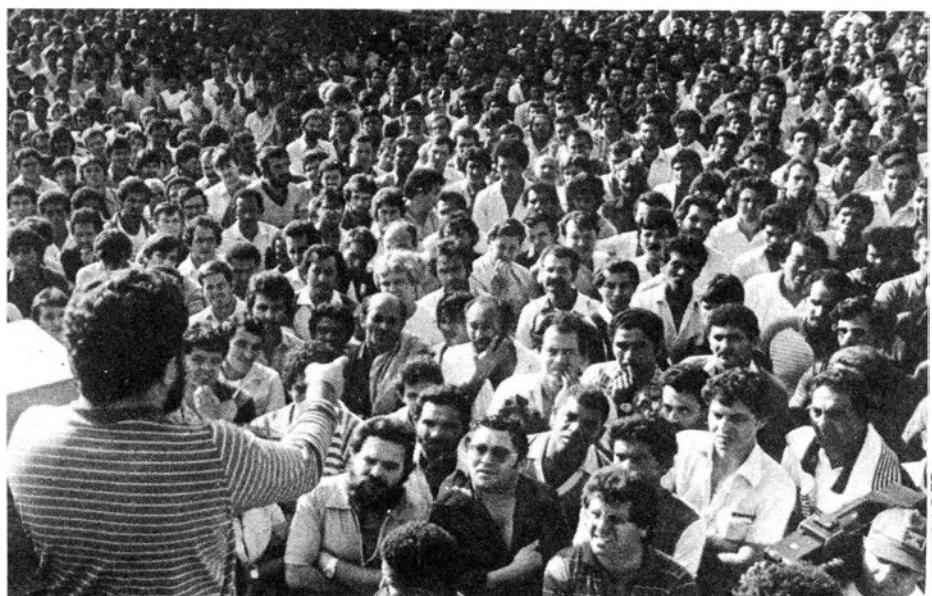
uma variação nos preços por atacado de 7,6%.

Entre os itens relacionados com o custo de vida o que mais cresceu foi o relacionado com os gastos de alimentação, que subiu 14,9%, sobretudo devido ao aumento da carne. O preço da carne, ao nível do produtor, apresentou um crescimento, no último bimestre, de 130% motivado entre outros fatores pela falta de estoques do governo e pela especulação na bolsa de mercadorias.

b) O outro motivo da aceleração da inflação foi a própria política econômica do governo, que provocou:

- desajustes financeiros decorrente do controle de certos produtos industriais;
- a execução da política monetária que elevou a taxa de juros;
- a aceleração do déficit público, que aumenta as incertezas e provoca a prática dos reajustamentos preventivos;

c) Finalmente, deve ser considerado o aumento das margens de lucros como fator inflacionário, porque em uma conjuntura em que as taxas de juros estão elevadas e inexiste estoques significativos, no comércio e indústria, o reaquecimento do consumo acaba incentivando a elevação real dos preços nos setores que operam com bens de consumo.



PAULO LEITE

A trimestralidade é uma reivindicação antiga do movimento.

Conclusão: A inflação não está sendo acelerada pelos salários, são vários os motivos, entre os quais a própria política econômica do governo. Parcela expressiva dos empresários estão **aumentando suas margens de lucro** com a reativação da indústria e além disto o INPC vem crescendo abaixo do IGP, nos últimos três anos, significando que os trabalhadores são os que mais perderam com a aceleração da inflação.

INFLAÇÃO E REAJUSTE TRIMESTRAL DE SALÁRIOS

a) A trimestralidade é uma reivindicação antiga do movimento, desde 1977 aparece nas pautas das campanhas salariais, quando a inflação estava em 38,8%. Com uma inflação de mais de 220% ao ano, e uma taxa mensal record de 14% em Agosto, a questão do reajuste trimestral passa a ser absolutamente indispensável para a defesa dos níveis salariais;

b) No período de 1981 a 1984, segundo pesquisa da Fundação IBGE, o pessoal ocupado na produção (POP) na indústria de transformação apresentou uma queda de 16,1%, demonstrando o elevado nível de desemprego no período. A folha de pagamentos real caiu, nada menos do que, 21,3%, e o indicador de folha de pagamentos nominal / valor da produção nominal apresentou uma evolução de -30,6%, demonstrando a política de defesa da margem dos lucros dos empresários durante o período mais grave da recessão econômica. Este processo acabou impondo uma redução drástica do peso dos salários sobre o "custo total" da produção (Salários / Valor da Produção), que em 1981 era de 6,10% para, apenas, 4,19% em 1984, na indústria de transformação.

Conclusão: Segundo esta pesquisa do IBGE a análise recente do Dieese, podemos afirmar que para um INPC anual de 223%, tendo os salários um peso relativo de apenas 4,19%, o reajuste trimestral implicaria em um acréscimo de 0,7% sobre os "custos totais" (valor da produção).

SALÁRIOS / PRODUTIVIDADE E INFLAÇÃO

Considerando que:

a) A defesa dos níveis salariais são um aspecto fundamental na política de defesa das taxas de crescimento econômico;

b) Os salários não tem qualquer participação na aceleração do processo inflacionário deflagrado nos últimos meses;

c) É consenso nacional que os trabalhadores assalariados vem acumulando perdas salariais imensas ao longo da história recente do país;

d) A reposição das perdas salariais é absolutamente necessária no novo período que a sociedade brasileira deverá viver em um compromisso político público do novo governo;

O que resta discutir é o **ritmo** de reposição das perdas.

Do nosso ponto de vista, há que se considerar as seguintes questões:

1º) Os reajustes trimestrais são o único instrumento disponível para defesa dos níveis salariais atuais, e ainda assim insuficientes dada a velocidade e os níveis crescentes de reajustamento dos preços e o fato de que o INPC vem apresentando um desempenho bastante inferior ao IGP e demais indicadores de preços;

2º) A reposição das perdas acima dos índices de produtividade não significam, necessariamente, aceleração da inflação, podendo representar, isto sim, uma distribuição mais justa da renda nacional e uma alteração gradual da relação salários / lucros. Esta possibilidade histórica dependerá da perspectiva de política econômica do governo e do compromisso com a justiça social do governo da "Nova República".

CRISE ECONÔMICA E SALÁRIOS

a) A defesa intransigente dos salários e de uma política **efetiva** de reposição das perdas acumuladas não significa ignorar a gravidade da crise econômica e o impasse da política econômica do governo. No entanto, o que não podemos admitir é que, mais uma vez na história, se coloque a classe trabalhadora como responsável pela crise, e os salários como causa da inflação. Todo o arrocho salarial dos últimos 20 anos, reconhecido por todos e pelo próprio governo, não impediu que a inflação se acelerasse, em função da taxa de juros, da especulação financeira, do custo de vida, da política dos empresários em defenderem suas margens de lucro, da dívida pública e da própria política econômica do governo.

b) O impasse econômico que imobiliza os instrumentos de política econômica do governo, estão, isto sim:

1º) na **dívida externa**, que, em 1984, com um serviço de U\$ 19 bilhões implicou em uma transferência líquida de capital para o exterior de Cr\$ 11.337 milhões, ou seja, o equivalente a:

- um salário mínimo por mês, durante 12 meses, para 15 milhões de trabalhadores;
- 30 vezes o orçamento oficial do governo para a área da saúde, em 1985;

2º) Na **dívida pública**, que se manter o ritmo de crescimento atual chegará a 100% do PIB, em 1989, impondo um déficit de caixa para o governo que ameaça a estabilidade de todo o sistema financeiro nacional, pressionando a taxa de juros e estimulando o processo inflacionário;

3º) No **poder oligopolista da indústria** de impor uma política de preços, inviabilizando o esforço governamental, no intuito de aumentar as margens de lucro dos empresários na crise.

4º) Na **especulação financeira** e comercial que transformou o país em um grande cassino, retirando recursos produtivos para o enriquecimento rápido e fácil de alguns poucos privilegiados.

Estes são os verdadeiros impasses econômicos do país e exigem medidas concretas e firmes do governo. Será somente enfrentando os verdadeiros problemas do país e defendendo os interesses mais elementares dos trabalhadores como o emprego, os salários e as condições básicas de vida e trabalho, que esta república poderá representar, de fato, algo de novo para a classe trabalhadora brasileira. No que se refere a salários, até agora, continua "tudo como antes no quartel de Abrantes".

Aloizio Mercadante Oliva é coordenador do Programa Movimento Operário e Igrejas no ABC, do CEDI.

CADERNOS DO CEDI

7 - Um pé de cana não é nada, juntando é um canavial.....	Cr\$ 20.000
8 - Igrejas/Desenvolvimento e Participação Popular.....	Cr\$ 20.000
9 - Deixai vir a mim os pequeninos.....	Cr\$ 20.000
10 - Roças Comunitárias.....	Cr\$ 20.000
12 - Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas.....	Cr\$ 20.000
13 - Alfabetização e Primeiras Contas.....	Cr\$ 20.000

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 5 - Javari.....	Cr\$ 35.000
Volume 3 - Amapá/Norte do Pará.....	Cr\$ 55.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP).

A ofensiva da CLAT no Brasil

Criar uma nova central sindical — de orientação democrata-cristã — no Brasil e enfraquecer as bases da CUT/CONCLAT, da Comissão Pastoral da Terra e da Pastoral Operária, são os principais objetivos da ação conjunta entre o CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) e a CLAT (Central Latino-Americana de Trabalhadores), segundo denunciam militantes sindicais da América Latina, reunidos em torno da CPUSTAL (Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina), com sede no México.

O Brasil é a prioridade principal da CLAT neste momento, indicam também agências cristãs holandesas que financiam projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo. Uma dessas agências recebeu recentemente um pedido de 40 mil dólares para a "III Conferência Latino-Americana sobre Direitos Humanos, as liberdades dos trabalhadores e dos povos" que a CLAT realizará, de 4 a 7 de dezembro

próximo, no Rio de Janeiro, com apoio do cardeal Eugênio de Araújo Sales.

O DINHEIRO

A CLAT é financiada pela Fundação Konrad Adenauer, do Partido Democrata Cristão, atualmente no poder, na República Federal Alemã e também por poderosas multinacionais alemãs, como é o caso da Krupp. Recebe dinheiro, igualmente, do governo holandês e da central sindical democrata-cristã da Holanda.

Estes recursos são manejados, num imenso edifício de Caracas, por um staff que inclui o argentino Emilio Máspero, o secretário geral adjunto Eduardo García Moure e o uruguai Luís Marius. O segundo homem da CLAT é exilado cubano e está implicado, segundo o CPUSTAL, no incêndio da Loja "El Encanto", de Havana, pouco depois da Revolução e no qual morreu a operária Fe del Valle. Agente da polícia política venezuelana, está reunindo, na CLAT, vários cubanos exilados.

NO BRASIL

Representada, no Brasil, por Ruy Britto e Tibor Sulik — assessor do cardeal Sales —, a CLAT mantém, no Rio e São Paulo, os "Institutos de Promoção Social". Organiza, regularmente, cursos para jovens sindicalistas, com todas as despesas pagas e se apresenta como a central apoiada pela Igreja e pelo CELAM. Tenta ser adotada, também, pela CNBB, mas vem enfrentando a resistência dos bispos e das pastorais da terra e operária.

Além de procurar dividir o movimento sindical — já tão dividido —, a CLAT utiliza a doutrina social da Igreja — e as encíclicas sociais dos papas — para se legitimar. Seus documentos não escondem, contudo, uma orientação profundamente anti-socialista. Ou, mais particularmente, anti-soviética. Foi por isso que a CLAT propôs, recentemente, à Federação dos Sindicatos chineses — cujos dirigentes visitavam Caracas — o financiamento de um

congresso de trabalhadores do Terceiro Mundo...

Para 1986, a meta conjunta CELAM/CLAT é organizar debates e comemorações do quinto aniversário da encíclica *Laborem Exercens*, de João Paulo 2º. Utilizando a carta papel como bandeira, as duas entidades esperam encontrar um caminho fácil para realizar a sua estratégia de atuação.

Uma preparação imediata do congresso do Rio, marcado para dezembro, foi o II Congresso Internacional de Cultura e Trabalho, organizado de 4 a 7 passados, no Rio, pela Arquidiocese e pela Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos. Além do Nunciado em Brasília, D. Carlo Furno, participaram convidados bem identificados com a linha conservadora ratzingeriana da Igreja, como Rocco Butiglione, de Roma, monsenhor Massimo Camisasca, do Comitê João Paulo 2º, romano. Um momento destacado do evento foi o lançamento do livro "A fé em crise", de Ratzinger.

DE DENTRO DO FURACÃO



Richard Shaull e os primórdios da Teologia da Libertação, primeiro volume da coleção "Protestantismo e Libertação".

Cr\$ 30.000

Pedidos através de cheque nominal para o CEDI

QUEM TEM MEDO DA REFORMA AGRÁRIA

Dossiê das reações ao 1º Plano Nacional de Reforma Agrária

Cr\$ 25.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI.

CEDI Centro Ecuménico de Documentação e Informação

Encontro Oscar Romero denuncia política Reagan

"Solidariedade: um sinal profético" foi o tema do 6º Encontro Internacional D. Oscar Romero que o Secretariado Cristão de Solidariedade promoveu, de 5 a 8 de setembro passado, em Madrid, com a participação de delegados de 28 países latino-americanos, da América do Norte e Europa. Aqui está o comunicado final do encontro:

1. Nós, militantes do Movimento Cristão de Solidariedade de 28 países da América do Sul, América do Norte, América Central e Europa, reunidos em Madrid, de 5 a 8 de setembro de 1985, no VI Encontro Internacional de Solidariedade D. Oscar Romero, ouvimos o clamor do sofrimento do povo latino-americano, particularmente o da América Central.

2. Este clamor expressa, como afirma Puebla (P.31) "a extrema pobreza generalizada no continente" e revelada na exploração crescente dos povos indígenas, dos negros — os mais pobres entre os pobres os camponeses sem terra, os operários mal pagos, os subempregados e desempregados, as crianças, os famintos, os jovens sem futuro, as mulheres do povo.

3. O grito dos pobres na América Latina tem sua origem em um sistema essencialmente injusto, diabólico e pecaminoso — o capitalismo — em todas as suas formas e na sua história.

4. Ouvimos, também, os sinais de esperança de tantos cristãos de comunidades de base que resistem ao ídolo da morte através de multiplicadas iniciativas de organização, criatividade, na promoção da vida.

5. O povo de nosso continente é particularmente agredido — política, econômica, militar, ideológica, cultural e religiosamente — pelo governo norte-americano que lançou uma ofensiva generalizada contra a América Latina e especificamente contra a América Central.

6. Esta agressão à América Central é traduzida, hoje, em distintas formas de intervenção contra todos os países da área: contra a Nicarágua, tentando sufocar sua autodeterminação e soberania; contra El Salvador, evitando a culminação de um processo libertador; contra Honduras, ocupada e crescentemente militarizada; contra a Guatemala, transformada em laboratório de contra-insurreição; contra a Costa Rica, utilizada como espaço para desestabilizar países vizinhos; contra o Panamá, constituído em enclave militar e financeiro.

7. Preocupa-nos particularmente que três nações e povos latino-americanos continuem sofrendo uma já crônica ditadura, apoiada pelos Estados Unidos: o Haiti, o Paraguai e o Chile, muitas vezes diante do silêncio e da indiferença dos demais.

8. Refletimos sobre a manipulação que o governo dos Estados Unidos faz do cristianismo e de seus valores para mascarar sua

política de exploração e agressão contra nossos povos. Pedimos a nossas igrejas que, em nome do Deus dos Pobres e de Jesus Cristo Libertador, não se deixem influenciar e não colaborarem, de nenhuma forma, com essa terrível estratégia ideológica.

9. A partir dessa referência, reafirmamos nossa consciência de que a solidariedade é, antes de tudo, a solidariedade pelos pobres e dos pobres. Isto evidencia o que diz Jesus sobre sua missão, no Evangelho de Lucas: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque Ele me ungiu e me enviou para anunciar a Boa Nova aos pobres, para proclamar a salvação dos cativos, a recuperação da vista dos cegos, a libertação dos oprimidos e para proclamar um ano de graças do Senhor" (Lc. 4, 18-19).

10. A solidariedade, como expressão do Deus da vida que, em Jesus Cristo, fez uma opção pelos pobres, leva-nos a ocupar-nos, antes de tudo, na libertação dos povos, da miséria e da opressão.

11. A expressão mais escandalosa da miséria e da opressão de nossos povos é, sobretudo hoje, a impagável dívida externa que faz da região uma área de extrema vulnerabilidade, dependente dos principais centros do capitalismo e impossibilitada de adotar política que permitam superar seu crônico subdesenvolvimento.

12. Olhando para nossos irmãos do primeiro mundo, fazemos um apelo para que pratiquem a solidariedade sem paternalismos, mas com a consciência de compartilhar.

13. Desta maneira, os movimentos pela paz, nascidos no primeiro mundo, devem reconhecer, cada vez mais, que sua luta está vinculada às reivindicações pela justiça e pela soberania dos povos do Terceiro Mundo e com o sentimento contra a intervenção norte-americana na América Central.

14. Pedimos às igrejas do chamado mundo desenvolvido que aprofundem sua reflexão e sua prática da solidariedade como uma realização atual e universal da caridade.

15. Fazemos também um apelo especial ao povo dos EUA que é a primeira vítima do sistema capitalista e da atual política de mentira do governo Reagan: apelamos para que se unam cada vez mais à nossa luta contra a estratégia agressiva do governo de seu país que agride continuamente nossa América, particularmente os povos e nações centro-americanos.

16. Fazemos um apelo aos irmãos do Terceiro Mundo pela unidade e pela convergência de esforços para superar as raízes da dominação e para enfrentar a desordem econômica, social e política internacional.

17. Fazemos uma convocação especial aos nossos irmãos da região latino-americana para que tomem consciência de sua



D. Oscar Romero, símbolo da solidariedade.

identidade como povo dominado há séculos e para que recolham o legado histórico de nossos libertadores.

18. Pedimos às Igrejas Cristãs da América Latina e do Terceiro Mundo, aos bispos, sacerdotes, religiosos, religiosas, pastores e leigos, que aprofundem a oração, convertam-se e fortaleçam seu compromisso com os pobres e com suas lutas pela justiça, a paz e a verdade. Tenham a certeza de que a causa dos pobres é a causa de Deus e deve ser necessariamente a causa de todos os carentes.

19. Pedimos a todos que se comprometam a despertar a insurreição evangélica, seguindo o exemplo do padre Miguel d'Escoto e de d. Pedro Casaldáliga que acompanharam e consolaram recentemente o povo nicaraguense em sua dor, provocada pela agressão dos mercenários, apoiada pelo governo Reagan.

20. Manifestamos nossa adesão à campanha para propor d. Leônidas Proaño, bispo emérito de Riobamba, para o Prêmio Nobel da Paz, como reconhecimento ao seu trabalho em defesa da vida e da dignidade dos povos indígenas latino-americanos.

21. Nossa mensagem final é de esperança: o Reino de Deus na América Latina sofre violência, mas nosso povo constrói, dia-a-dia, sua libertação, de forma irreversível. Pouco a pouco, o projeto de morte vai sendo vencido pelo projeto de vida plena para todos.

22. Reafirmamos nossa fé na solidariedade de nossos povos que avançam na tomada de consciência das causas do mal que a todos nos atinge. Uma solidariedade que, à luz do Evangelho, é descoberta como uma mensagem especial de Jesus, solidário com os pobres. A solidariedade de um povo, sujeito, responsável e protagonista de sua história. Um povo que avança para a nova sociedade e que constrói o homem novo.

Madrid, 8 de setembro de 1985

Casaldáliga reafirma seu compromisso com os pobres e com seus processos

Entrevista a
Dermi Azevedo

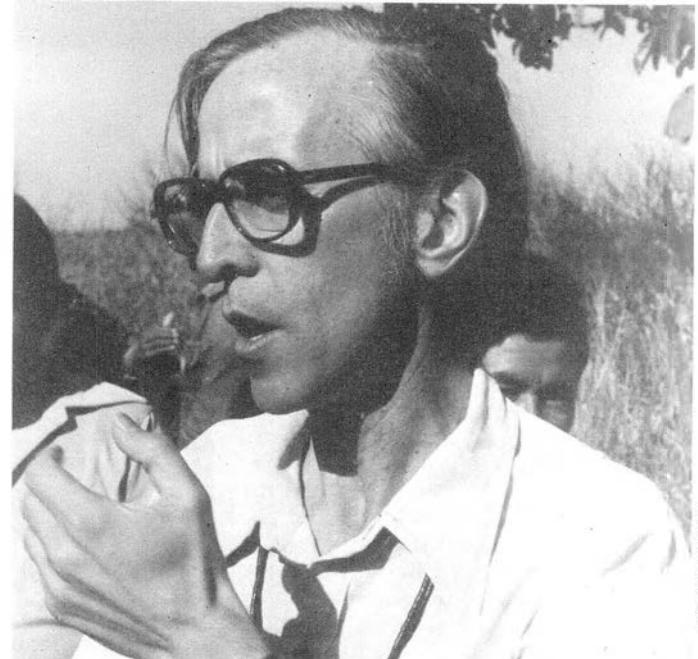
"Eu já me sinto definitivamente comprometido com Nicarágua e com a América Central, não somente como homem e como cristão, mas também como bispo", afirmou, em Manágua, numa das salas da comunidade dos dominicanos, no bairro Monsenhor Lezcano (em cuja igreja jejou com o padre-chanceler sandinista Miguel d'Escoto), o bispo de São Félix de Araguaia (MT), o espanhol e latino-americano por adoção, Pedro Casaldáliga. Sua profética decisão de sair, pela primeira vez, do Brasil, para compartilhar o jejum de d'Escoto, contra o terrorismo de Estado do governo Reagan que tenta esmagar a Revolução Popular Sandinista, continua repercutindo em todo o mundo, particularmente no Brasil. Nesta entrevista, pouco depois de chegar - bem cansado - do interior do país, Casaldáliga dá um testemunho sobre a dor do povo nicaraguense, diariamente agredido e sobre a esperança de um povo que não se rende, nem se vende.

T e P — Como você avalia esta viagem à Nicarágua?

Pedro — Cheguei dia 28 de julho, à noite. No primeiro abraço que dei em Miguel d'Escoto (que estava jejuando desde o dia 7), recebi a dramática resposta: "Pedro, acabam de me comunicar a morte de oito mães, assassinadas quando iam visitar seus filhos, na montanha, combatentes pela paz". Acreditei que devia ir a esse enterro porque, desgraçadamente, boa parte da Igreja da Nicarágua, sobretudo a hierarquia, se distancia, de modo fe-

chado, desses dramas que me parecem profundamente humanos. E dos quais nunca poderíamos fugir. Fui a León, a uma missa realmente dramática, comovedora por muitos motivos, e à tarde, visitei La Trinidad, onde se celebrava o funeral de 30 rapazes caídos também na montanha. Já a partir daí, comecei o jejum com Miguel, por alguns dias. Miguel interrompeu o jejum dia 6 de agosto porque os médicos - inclusive o especialista que atendeu a João Paulo II depois do atentado - aconselharam que interrompesse. Ele estava chegando a sérios extremos para o futuro de sua saúde. Vivemos estes primeiros dias na Nicarágua, mais concretamente nesta igreja do Sagrado Coração e nas proximidades, em seus salões paroquiais, o despertar desta imensa insurreição evangélica, com a participação de vários outros jejuantes - comunidades inteiras e até mesmo crianças - de maneira ecumênica, com a presença e o interesse de vários jornalistas do mundo, com a possibilidade de abrir uma brecha na contrainformação mantida pelos EUA. Vieram, depois, os membros da flotilha da paz, dos EUA, que foram ao Rio San Juan e foram seqüestrados. Este seqüestro de norte-americanos, pela contra, ajudou, inclusive, a abrir um espaço na opinião pública dos próprios Estados Unidos.

A insurreição evangélica, como queria Miguel, devia penetrar nas comunidades e no restante do país. E penetrou. Tivemos uma bonita celebração



IVO SCHWEDER

da Transfiguração do Senhor, no dia 6. Na missa, foi celebrado o compromisso de todos e acesa uma fogueira com ramos de pinheiro, o **ocote** típico nicaraguense, representando este compromisso coletivo e crescente. A partir daí, fui começando a ter contatos com as comunidades, pessoas, entidades. Pediram-me visitas dentro de um ministério da consolação, tentando conjugar o respeito mínimo ao direito canônico e às igrejas locais, com a fidelidade ao Evangelho e à emergência da situação que está sendo vivida.

Pensei e penso que o fato de ser bispo não pode impedir-me de ser cristão e que o fato de ser cristão não pode impedir-me de ser humano. A Nicarágua vive em guerra, uma guerra de agressão, imperialista e mercenária, totalmente injusta. Percebe-se, realmente, de modo dramático, que a verdade está com a Nicarágua. Percebe-se, também, como o povo pobre e simples da Nicarágua deseja a paz... A palavra paz foi a que mais ouvi desde que cheguei ao país. A segunda palavra foi possivelmente "mães". E a Palavra Deus não sei se foi a primeira, a segunda ou a terceira. Deus, paz, mães...

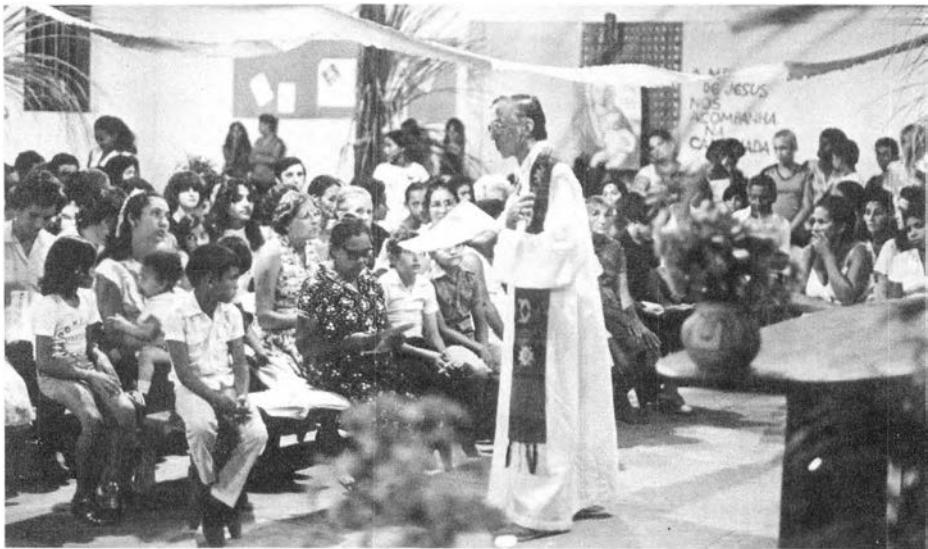
O povo na montanha, nas comarcas, como se diz na Nicarágua, repete - não só como um slogan que pareceria ser excessivamente sandinista, mas com uma convicção de quem vive um processo de libertação, justiça, auto-determinação e paz - que entre Cristianismo e Revolução não há contradição.

Tenho muito carinho pela Nicarágua

— inclusive por este processo que a Nicarágua está vivendo — e tenho procurado ouvir e olhar com espírito crítico. E estou cada vez mais convencido. Tenho a impressão também de que, pela Nicarágua, como diria Pérez Esquivel, passa a linha do bem e do mal. Ampliando a idéia, eu diria que, na Nicarágua, encontram-se e se chocam os grandes sistemas políticos e sociais hoje na humanidade: o capitalismo imperialista e transnacionalista e um socialismo que sonhamos latino-americano, democrático, que responda realmente aos interesses dos povos. E este choque é violento e definitivo.

A Nicarágua é símbolo, um ponto de referência. Pela Nicarágua passa, neste momento, o futuro imediato da América Central, da América Latina, das Igrejas centro-americanas e latino-americanas. Não se trata somente da Nicarágua; trata-se de nosso próprio futuro, de nosso próprio destino. Aqui, como em nenhum outro lugar, a Pátria Grande faz-se presente. Aqui, como em nenhum outro lugar, vive-se a Igreja em sua dupla alternativa possível: uma Igreja que continue sendo tradicional, voltada sobre si mesma, distante dos processos dos povos, europeucentrista, desconfiada da história e, concretamente, do que possa ser socialismo, e uma Igreja que quer ser fiel ao Cristianismo, evidentemente — e para isto é Igreja — mas encarnada na história e nos processos de cada um dos povos. Não se pensa aqui (como ninguém pensa na Teologia e na pastoral da libertação) numa igreja paralela. Quando se fala de igreja popular, com despeito e como se fosse uma excomunhão, se está caluniando, se está ofendendo, se está faltando a tudo o que seja verdade e caridade. Ninguém pensa numa igreja paralela. Entretanto, eu penso que viveremos de modo paralelo, dentro da única Igreja de Jesus.

Lamento profundamente, em primeiro lugar, a visita do Papa à Nicarágua. Pude sentir de perto, em suas consequências, essa visita, aqui. Não julgo o Papa, mas lamento profundamente o modo de sua visita. Lamento também, profundamente, a distância, para mim inexplicável, dos bispos da Nicarágua. Entendo perfeitamente - e me pareceria normal - que eles se mantenham distantes do processo sandinista e até mesmo que não tenham simpatia por ele. Eu a tenho, mas eles poderiam não tê-la. Mas não entendo — não consigo entender — que não estejam abertamente contra a agressão à sua Pátria e a um governo que é, inclusive, fruto de uma eleição, muito mais livre que as eleições que muitas eleições em nossa



D. Pedro celebrando na Catedral de São Félix do Araguaia.

C.A. RICARDO

América Latina, por exemplo no Brasil. E evidentemente muito mais livre que as eleições que ocorreram em El Salvador. E agora os bispos salvadorenhos canonizam, para meu grande espanto, o governo de El Salvador, como "democrata, constitucional e popular". Respeito as opiniões alheias, mas as minhas também devem ser respeitadas porque tenho sensibilidade e me sinto muito latino-americano.

T e P — O que significa, em sua opinião, a trincheira religiosa na Nicarágua, na América Central e na América Latina?

Pedro — Na linguagem da insurreição evangélica, falamos da Nicarágua como um país que vive uma revolução, agredido por uma guerra imperialista. Falamos de trincheiras. Uma trincheira militar, onde se defende a paz. Uma econômica, da produção. Uma diplomática, como Contadora. Uma cultural e também da trincheira religiosa e teológica. Eu dizia que a insurreição evangélica seria como a Contadora do Espírito. Agora, voltando do interior, soube que Pastora está convidando para uma espécie de diálogo, não sei se tripartite, com a intenção de distrair, transformar e impedir o processo de afirmação da Revolução Sandinista, de auto-determinação da Nicarágua. Com seus defeitos e qualidades, este povo sabe caminhar com seus próprios pés. Nem Deus, nem os homens, podemos permitir que Reagan e seu governo continuem imaginando que a Nicarágua e a América Central são o seu quintal.

A trincheira religiosa e teológica tem, além disso, um duplo e dramático sentido. Aqui, na Nicarágua, Reagan, seu governo e os institutos que o

apóiam (como é o caso do IRD - Instituto sobre Religião e Democracia) manipulam Deus. Devo dizer isto com a maior firmeza possível. Na Nicarágua, uma parte da Igreja manipula Deus. Nesses dias, entrando numa casa, numa festa popular mariana, quase fui agredido por uma senhora, na hora de começar a rezar. Ela gritou: "Paz espiritual, senhor bispo". E eu respondi: "Como não? Paz espiritual, paz da família, paz do povo nicaraguense..." Será que os cristãos conservadores nicaraguenses podem rezar pela paz na Nicarágua ou não lhes interessa a paz de seu próprio povo? Ou as vidas de seus irmãos não valem nada para eles?

Miguel d'Escoto dizia dramaticamente, há poucos dias, em um culto ecumênico de ação de graças pela liberdade da flotilha da paz: "Para Reagan, parece que são 50 mil baratas os 50 mil mortos aqui na Nicarágua". Tenho a impressão de que caberá a nós, cristãos, à hierarquia, a todo o clero, aos teólogos e às comunidades, a todos os cristãos sendo cada vez mais adultos, aprofundar nossa própria fé e reformular nossa visão das relações da Igreja com o mundo. Falar da trincheira teológica é, na verdade, falar da trincheira ideológica. O problema não é a fé... É a aplicação da fé à vida, a aplicação da fé à história. O lugar social em que são vividos os interesses defendidos. Falar do processo da Nicarágua e dos cristãos comprometidos nessa Revolução em termos de "perigo de comunismo totalitário" e com base em sarcasmos sádicos, é um absurdo. É preciso viver com este povo para sentir o que é a guerra e a vontade de paz e para sentir, inclusive, como, aqui, Re-

volução significa, para o povo, justiça, liberdade, autodeterminação, poder ter vez e voz, não se sentir dominado por um império estranho, saber que a Nicarágua não é somente de algumas famílias, mas de todos os nicaraguenses.

Uma Nicarágua insurreta contra a ditadura e contra o imperialismo é muito sensível à palavra insurreição. Para nós, cristãos, o substantivo e o adjetivo acabam sendo substantivo, as duas palavras. É o Evangelho que se insurge. É uma insurreição evangélica. A palavra insurreição me lembra instintivamente, com base em minha fé, a própria ressurreição. Eu destacaria alguns outros aspectos fundamentais: toda insurreição significa uma revolta, uma contestação fundamental a algo velho, caduco, mau. Insurgimo-nos contra. Em segundo lugar, insurreição significa algo comunitário, coletivo. Não falamos de insurreição de uma pessoa isolada. É uma comunidade, um povo, que se insurgem. Toda insurreição significa uma vontade de mudança radical, um espírito de revolução, de transformação, de conversão. Falamos de insurreição evangélica que tomou conta, a partir do gesto de Miguel, das próprias comunidades e sinto que vai comprometer as pessoas em particular, as comunidades e sinto que vai comprometendo as pessoas em particular, as comunidades - e também espero - as nações inteiras.

É interessante também sentir como muitos nicaraguenses, a partir desta insurreição evangélica, sentem-se novamente confortados em sua fé, tão provada, às vezes, por elementos da própria Igreja. Jovens que já não sabiam como conjugar seu compromisso social e político e sua fé, sabem nova-

mente conjugá-los. Encontrei pessoas que me disseram: "Estamos crendo de novo e novamente nos sentimos Igreja". Sacerdotes, religiosos e leigos comprometeram-se com uma vida maior de oração, de austeridade, com um tipo de vigília permanente, como, por exemplo, às sextas-feiras, a partir de agora.

É uma pena que não haja, dentro de um pluralismo sadio, uma maior unidade desta Igreja para aproveitar e potenciar esta hora de graça. Esta pequena Nicarágua, os pobres da terra e os pequenos dentro da Igreja continuarão sofrendo. Espero que sua fidelidade, a constância e a coragem característica deste povo e a solidariedade de outros povos e igrejas salvem esta hora de graça, esta semente autenticamente evangélica de transformação. E que não sejam desaproveitadas tantas lágrimas, tanto sofrimento, tanto sangue. Nós todos seremos responsáveis, na Nicarágua, na América Central e na América Latina, diante de Deus e diante da história.

T e P — Quais são os principais desafios a partir de agora?

Pedro — Tomar consciência e adotar uma atitude radical diante do imperialismo do governo Reagan. Exigir aos governos e às entidades de direitos humanos, justiça e paz, culturais, sindicalistas e de política popular, atitudes muito mais abertas, mais contundentes, contra essa política intervencionista e agressiva de Reagan contra a Nicarágua e contra a América Central, sem aceitar desculpas, paliativos que facilmente se projetam para quem não é causador desta situação dramática. É também importante que as res-

pctivas igrejas (cristãos, leigos, sacerdotes, religiosos, entidades pastorais, bispos e pastores) falemos mais claro, conheçamos melhor a verdadeira realidade, exijamos o pluralismo — pelo menos isto — e saibamos viver à luz da fé e à luz das exigências de nossos povos — e ajudados pela Teologia e pela prática da libertação (que são legitimamente evangélicas e muito nossas) — esta hora da Nicarágua, da América Central e da América Latina. Tenho muito medo da involução da Igreja para um novo e redobrado centralismo, a uma nova distância da Igreja como tal diante do processo de nossos povos. O que fazemos ou deixemos de fazer nesta hora, pode transformar-se em um mal irreversível. Seremos também culpados diante de Deus e diante da história. Já foi dito dramaticamente, há anos, que a Igreja na Europa perdeu os operários. Na América Latina, a Igreja pode perder os campesinos, os indígenas, estes povos tão caracteristicamente cristãos e particularmente católicos. Os próximos dez anos falarão definitivamente.

T e P — Pessoalmente, como bispo, o que significa para você esta experiência com o povo irmão da Nicarágua?

Pedro — Creio que, depois da Nicarágua, tudo será diferente em minha própria espiritualidade e em minha vida de oração e pobreza, no compromisso aberto não somente com os pobres, mas com os processos dos pobres, com os processos dos povos. Sinto-me já definitivamente comprometido com a Nicarágua e com a América Central, quer entendam, quer não entendam os amigos, os irmãos. Não só como homem e como cristão, mas também como bispo. Não me doeria nada deixar aqui o meu sangue, como muitos o deixaram, se não posso prestar outro tipo de serviço. E sei que estão despertando focos de solidariedade e que o drama é muito urgente e que os dias são como que definitivos, não somente para a Nicarágua, mas também para a América Central inteira. A situação de El Salvador é ainda mais dramática e a situação da Guatemala já enche as medidas, porque inclusive é desconhecida, ignorada.



Por que Elias fez um escândalo tão grande sobre Baal?

Jorge Pixley

Muitos tendem a reduzir a luta contra a idolatria à luta contra imagens e, inclusive, contra religiões diferentes das suas. Contudo, como enfatiza este estudo bíblico de Jorge Pixley, a idolatria refere-se, realmente, a tudo o que atenta contra a vida humana, digna e justa, como foi concebida pelo Deus verdadeiro.

Soubemos, há pouco, de uma igreja metodista de Monterrey, México, que mandou destruir um vitral de seu santuário que representava Jesus como pastor, guiando suas ovelhas. Foi substituído por um cristal opaco para que a imagem do vitral não permitisse a tentação à idolatria. Parece uma mera curiosidade que uma igreja urbana sinta ou diga sentir, como perigo, substituir o Deus vivo por uma imagem de vidro ou de qualquer outro material. Contudo, todo evangélico mexicano lembrará histórias de como missionários nas áreas rurais fizeram solene destruição das imagens dos santos, em cerimônias que marcam o repúdio a um estilo de vida "pagão", representado pela presença das imagens que o legitimavam. A alegria de conhecer um Evangelho que liberta das cadeias do pecado traz consigo, nesses contextos, um repúdio a um passado marcado pelo vício e por uma vida ao serviço de coisas inúteis.

Mesmo que o Decálogo proíba fazer imagens para render-lhes culto, houve, no templo de Jerusalém, querubins de ouro maciço que descansavam sobre a arca da aliança, no lugar santíssimo. Fora do santuário, havia um "mar de bronze" que descansava sobre doze touros. Nunca se considerou idolátrica a presença destas imagens no templo principal de Jerusalém e diante dele. A



mesma incerteza sobre o uso de imagens foi mantida na Igreja Cristã. Foram somente os muçulmanos que aplicaram, com severa decisão, a proibição de imagens, de modo que sua arte se desenvolve em torno de figuras geométricas e da caligrafia.

O caso é outro quando se trata de "deuses alheios" ou de "outros deuses". Os israelitas não vacilaram em

denunciar o culto a deuses que não fossem Javé, o Deus que os retirou do Egito, da casa da servidão. A legislação, em Dt. 13, 7-12, impõe a pena de morte a pedradas pela ousadia de propor o "vamos servir a outros deuses". O livro I Reis 18, 40, conta-nos como Elias e seus aliados degolaram, na torrente de Quisón, os 450 profetas de Baal que perderam a competição con-

Javé e Elias no Monte Carmelo. Este e outros incidentes semelhantes deixam-nos ver que — mesmo que houvesse incerteza diante das imagens — o caso do culto a outros deuses sempre foi considerado da maior gravidade.

No século 20, conseguiu-se estabelecer, na população urbana dos países mais industrializados, uma tolerância religiosa que torna difícil entender como se pode punir com a morte o culto a "outros deuses". Hoje, é comum a idéia de que todas as religiões são boas, pois todas estabelecem normas morais para a conduta da vida e todas, a seu modo, são caminhos para Deus.

vantasse contra o rei Joram e para que matasse a ele, à rainha mãe e a todos os sacerdotes e servidores de Baal. Cortava-se assim, pela raiz, o projeto da casa real de Omri que, entre os anos 885 e 841 antes de Cristo, procurou consagrar a nação ao Deus Baal. Com Jéhú, Javé voltou a ser o Deus oficial da nação, mas somente com o preço de um banho de sangue que atingiu um setor importante da população que tinha apoiado o projeto dos omridas.

A luz da moderna experiência de uma ampla luta pela tolerância religiosa, coisa que ainda não se conseguiu — como demonstra o conflito civil no Líbano — não é ocioso perguntar-se sobre a justificativa da imposição do culto a Javé com base no sangue e no fogo. A resposta à nossa pergunta pode ser vista, com suficiente clareza, na história de Nabot e sua vinha, como se encontra em I Reis, 21. Vejamos o texto:

"Sucedeu depois destas coisas que, tendo Nabot, o jizreelite uma vinha em Jizrel, junto ao palácio de Acabe, rei de Samaria, falou este a Nabot, dizendo: "Dá-me a tua vinha, para que me sirva de horta, porque está vizinha, ao pé da minha casa; e te darei por ela outra vinha melhor; ou, se desejas, dar-te-ei o seu valor em dinheiro. Respondeu, porém, Nabot a Acabe: "Guarda-me o Senhor de que eu te dê a herança de meus pais". Então Acabe veio para sua casa, desgostoso e indignado, por causa da palavra que Nabot, o jizreelite, lhe falara; pois este lhe disse: "Não te darei a herança de meus pais". Tendo-se deitado na sua cama, virou o rosto e não quis comer.

Mas, vindo a ele Jezabel, sua mulher, lhe disse: "Por que está o teu espírito tão desgostoso que não queres comer?". Ele lhe respondeu: "Porque falei a Nabot, o jizreelite e lhe disse: "Dá-me a tua vinha por dinheiro ou, se te apraz, te darei outra vinha em seu lugar". Ele, porém, disse: "Não te darei a minha vinha". Ao que Jezabel, sua mulher, lhe disse: "Governas tu agora no reino de Israel? Levanta-te, come e alegre-se o teu coração; eu te darei a vinha de Nabot, o jizreelite". Então escreveu cartas em nome de Acabe e, selando-as com o sinete dele, mandou-as aos anciãos e aos nobres que habitavam com Nabot na sua cidade. Assim, escreveu nas cartas: "Apregoai um jejum e ponde Nabot diante do povo. E ponde defronte dele dois homens, filhos de Belial, que testemunhem contra ele dizendo: "Blasfemaste contra Deus e contra o rei. Depois, conduzi-o para fora e apedrejai-o até que morra".

GUSTAVE DORE



Parece ter pouca consequência que se chame Brahma, Javé, Alá ou Deus e, certamente, isto não é nenhum motivo para assassinar ou torturar o dissidente.

Em Israel, no século 9 antes de Cristo, não foi assim. Segundo II Reis 9-10, o profeta Eliseu, profeta de Javé e seguidor de Elias, mandou ungir como rei um oficial do exército para que se le-

Pelo que os homens da cidade dele, isto é, os anciãos e os nobres que habitavam na sua cidade, fizeram como Jezabel lhes ordenara, conforme estava escrito nas cartas que ela lhes manda. Apregoaram um jejum e puseram Nabot diante do povo. Também vieram dois homens, filhos de Belial, e sentaram-se defronte dele; e estes filhos de Belial testemunharam contra Nabot perante o povo, dizendo: "Nabot blasfemou contra Deus e contra o rei". Então o conduziram para fora da cidade e o apedrejaram, de sorte que morreu. Depois mandaram dizer a Jezabel: "Nabot foi apedrejado e morreu".

Ora, ouvindo Jezabel que Nabot fora apedrejado e morrera, disse a Acabe: "Levanta-te e toma posse da vinha de Nabot, o jizreelite, a qual ele recusou dar-te por dinheiro; porque Nabot já não vive, mas é morto". Quando Acabe ouviu que Nabot já era morto, levantou-se para descer à vinha de Nabot, o jizreelite, a fim de tomar posse dela.

Então veio a palavra do Senhor a Elias, o tisbita, dizendo: "Levanta-te, desce para encontrar-te com Acabe, rei de Israel, que está em Samaria. Eis que está na vinha de Nabot, aonde desceu a fim de tomar posse dela. E falar-lhe-ás, dizendo: "Assim diz o Senhor: Porventura não mataste e tomaste a herança?". Falar-lhe-ás mais, dizendo: "Assim diz o Senhor: "No lugar em que os cães lamberam o sangue de Nabot, lamberão também o teu próprio sangue". (I Reis, 21, 1-19).

Neste relato, Jezabel representa o projeto oficial de fazer do Estado israelita um Estado consagrado ao Deus Baal. Elias como profeta de Javé representa a resistência a este projeto. O rei Acabe é uma figura titubeante entre as leis tradicionais que regiam o Estado — que eram de inspiração javista — e o projeto baalista de seu pai Omri. Nabot é um camponês livre que atua dentro das leis israelitas e termina sendo vítima da nova política oficialista apoiada pela religião de Baal.

Jezabel era uma filha de Ittobaal, rei dos sidônios (I Reis, 16, 31). O matrimônio entre Acabe e Jezabel era parte da estratégia oficial para estabelecer alianças destinadas a freiar o expansionismo arameu e tinha como benefício colateral trazer à Samaria um culto de Baal, bem desenvolvido, que serviria para fortalecer o Estado israelita. Jezabel tornou-se protetora de Baal. Dedicou-se a criar um aparato religioso oficial (I Reis, 18, 16-19) e a reprimir a resistência que os fiéis estritos de Javé opuseram (I Reis, 18, 4; 19, 1-2). O benefício desta política — que se cho-

cava com a tradição cultural de Israel — era precisamente liberar os reis das limitações impostas pelas leis sináiticas que, segundo a tradição, Javé tinha revelado ao seu servo Moisés. O caso de Nabot é o melhor exemplo do que estava em jogo.

Fizemos-nos na resposta de Nabor ao rei que pedia sua vinha: "Guarde-me o Senhor de que eu te dê a herança de meus pais". Javé era quem garantia ao camponês que a terra era sua e de seus descendentes, para sempre. Era, portanto, um ato de fidelidade a Javé e aos pais, não permitir que ninguém, nem sequer o rei, interviesse na posse para sempre da parcela familiar. Javé — que se deu a conhecer libertando Israel da servidão no Egito — era o Deus que protegia o israelita contra os abusos dos reis, inclusive dos reis israelitas. O rei que Javé permitia não era um soberano absoluto, mas o designado para velar pelo cumprimento das normas e estatutos dados por ele (ver Dt. 17, 14-20).

As leis sináiticas sobre a posse da terra são preservadas em Lv. 25, 23-34. A terra só era transferível de pai para filho. Se, por motivos de empobrecimento, o camponês tivesse que entregá-la para sobreviver, esta alienação da "herança de seus pais" era provisória. São designadas várias formas de "resgatar" a herança e, se todas falhavam, a terra voltava ao seu legítimo dono ao terminar o ciclo jubilar de cinquenta anos de duração. Não se permitia comercializar a terra, porque, em última instância, o dono da terra era Javé. Foi a esta concepção legal que Nabot recorreu, diante da cobiça do rei Acabe.

Em contraste com a postura firme de Nabot, o texto coloca na boca de Jezebel a soberba do soberano absoluto, ao qual os escrúpulos javistas só merecem desprezo: "Governas tu agora no reino de Israel?". Estamos, agora, em condições de ver que a luta que Elias dirigiu contra Baal, no século novo, era mais que uma defesa da cultura e da religião nacional, mesmo que também fosse isto. Era uma luta contra a legitimização, através de "outro deus", de um regime de dominação.

A nível popular, Baal fosse um deus conhecido há séculos como dispensador da chuva e protetor do camponês, em seus esforços para fazer com que a terra produzisse, mas agora se manifestava outra face de Baal. O culto oficial de Baal — introduzido, por convite da dinastia de Omri, por Jezabel, a princesa fenícia — era uma forma de legitimar, a partir do céu, o domínio ab-

soluto dos reis. Baal colocava o rei no trono e o rei favorito dele governava sem limites. A vontade e mesmo o capricho do rei, era lei. Não havia nenhuma constituição que pudesse freiar aquele que Baal designasse como seu rei.

Quando, na Bíblia, proíbe-se colocar "outro deus" ao lado de Javé, no primeiro mandamento do Decálogo (Ex. 20,3), se está defendendo a vida do povo. Javé é o defensor dos pobres. O "outro deus" por excelência era Baal. Ele era o arqui-inimigo de Javé, não por algum capricho, mas porque Baal era um deus da ordem social, mesmo quando essa ordem tivesse que ser mantida às custas do sacrifício da vida do povo.

Aprendemos, na América Latina, que o que realmente está em jogo na luta dos deuses é a vida das maiorias populares. Não é simplesmente destacar a ignorância de quem pudesse suspeitar que uma imagem tem um mistério e um poder próprio. É a defesa da vida.

Um deus dos militares — no Brasil, Chile, Argentina ou Guatemala — que defende a ordem social, reprimindo quem se atreva a defender, em sindicatos e organizações populares, as condições de vida das maiorias — é um deus falso.

Um Deus que defende as condições de vida e que acompanha os campões, operários e o povo, em sua luta, é o Deus verdadeiro, que levantou Jesus Cristo do meio dos mortos, depois de crucificado pelos gorilas de Roma e da Palestina. Não basta denunciar o deus falso. Evidentemente é preciso denunciá-lo. Mas, além disso, é preciso lutar contra ele e, se for necessário, entregar a vida nessa luta, como fizeram os profetas companheiros de Elias, que foram assassinados por Jezebel.

Jorge Pixley é pastor batista, professor de Teologia em Chicago e na Cidade do México. Autor de "O Reino de Deus", 1977 e "O Livro de Jó", 1982.

Assine **tempo e presença**

Revista Mensal

Tempo e Presença

Assinatura anual:

Cr\$ 50.000

América Latina: US\$30
América do Norte: US\$ 40
Europa, África e Ásia: US\$ 45

Boletim Semanal

Aconteceu

Assinatura anual:

Cr\$ 30.000

América Latina: US\$50
América do Norte: US\$65
Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI** —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cr\$ 10.000
Trabalhadores urbanos 1980	Cr\$ 10.000
Trabalhador urbano 1981	Cr\$ 10.000
Trabalhador rural 1981	Cr\$ 10.000
FIAT 1981	Cr\$ 10.000
Povos indígenas no Brasil 81	Cr\$ 15.000
Povos Indígenas no Brasil 82	Cr\$ 15.000
Povos Indígenas no Brasil 83	Cr\$ 30.000
Povos Indígenas no Brasil 84	Cr\$ 55.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 - São Paulo - SP.)

Cartas da África do Sul

Sempre se ouviu falar de racismo e ainda há quem negue a existência dessa mazela entre nós brasileiros. Proclama-se que somos uma "democracia racial" e, no Brasil, todos encontram as mesmas oportunidades. Nós negros sabemos por uma dura experiência que não é assim. Ou é, mas somente para aqueles negros privilegiados que "se embranqueceram" pelos estudos superiores, pelas artes, pelo sucesso nos esportes, pelas riquezas materiais adquiridas. Estes — como alguém disse certa vez a meu respeito — "até podem já ter sido negros, hoje não são mais". Negro no Brasil, para merecer consideração, não pode ser um negro comum. Apesar disso, com nosso jeito brasileiro, dá para se conviver. O negro "aceita seu lugar", permanece em condição de inferioridade, não reclama e tudo bem... viva a "Democracia racial!" O verdadeiro problema é camouflado. O negro chega a ter vergonha de ser negro e a querer imitar o branco.

Nos Estados Unidos, a situação é mais definida e os negros têm consciência de que são discriminados mesmo. Negro é negro; deve lutar e sobreviver contando com as próprias forças e sabendo que será hostilizado. Graças a essa clareza de posições, os negros conseguem se organizar e defender-se. Vão dando passos pequenos mas significativos na linha das reivindicações de seus direitos de pessoas e de cidadãos norte-americanos. O racismo yankee ganha do brasileiro pela afirmação e perde pela agressividade, pela violência e pelo reconhecimento oficial. A legislação estadunidense consagra a discriminação, a brasileira repele.

Nada disso, porém, é comparável ao que existe na África do Sul. Nunca um ser humano foi tratado com tanto desprezo, nun-

ca um povo foi escravizado com tamanho requinte de crueldade, em nenhuma época da história se empregaram, em tão larga escala e com tanta eficiência, as técnicas mais sofisticadas para anular os esforços de libertação de um povo oprimido como conseguiram fazer os invasores da África do Sul.

Lilia Azevedo e Frei João Xerri estiveram lá, no ano passado (1984) durante algumas semanas. Eles nos relataram um pouco do que viram e sentiram. Li de uma assentada as doze CARTAS DA ÁFRICA DO SUL que eles escreveram. O conteúdo é pesado, horrível, revoltante. O estilo é ameno, coloquial, o que torna a leitura fácil e muito interessante. Num gesto de retribuição de visita e num esforço de comunhão fraterna com as vítimas do mais absurdo racismo, empreenderam a viagem àquele país impossível em nome da comunidade paroquial de São Domingos a que pertencem. Tomaram contato com uma realidade que é muito pior do que tudo o que se diz e se escreve a respeito. Tentaram condensar em algumas cartas e partilhar com os amigos a experiência do Servo Sofredor (cf. Isaías, 53) de que foram testemunhas. Procuraram identificar os sinais de esperança que se podem vislumbrar em meio a tão grande dor.

Foi-me possível ler os originais antes de serem enviados ao prelo. Como negro, senti-me profundamente concernido. Como cristão, estou envergonhado. Nós que, no Batismo, fizemos profissão de combater Satanás, não fazemos nada, praticamente nada para demonstrar nossa solidariedade aos irmãos esmagados da África do Sul e para conjurar a desgraça ali instalada por um sistema que encarna a suma iniqüidez.

Ninguém vai conseguir ler *Cartas da Áfri-*



ca do Sul sem experimentar tristeza e indignação, sentimentos que deverão despertar gestos de compaixão para com um povo humilhado e oprimido em sua própria terra e ações concretas que manifestem reprovação a um governo que produziu o mais diabólico sistema de escravidão.

É com emoção e verdadeiro reconhecimento que atendo ao desejo transmitido por frei João Xerri: apresento e recomendo aos leitores em geral e, de modo especial, aos agentes de pastoral comprometidos com a causa da libertação as *Cartas da África do Sul*. Estou certo de que sua mediação reforçará na Igreja do Brasil a evangélica opção preferencial pelos pobres.

(Dom José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba)

Comunicação Cristã Alternativa

O otimismo eletrônico gerou a "igreja eletrônica". Mas aquelas esperanças estão desaparecendo e há um mal-estar crescente nos meios de comunicação social das igrejas cristãs. Há ceticismo em relação à alta tecnologia, que gera dependência. Em compensação, surge gradualmente um novo modelo de comunicação, baseado na simplicidade e na participação comunitária.

Este é o tema do caderno "Comunicação Cristã Confiável", um documento de 32 páginas, ilustrado, que a Editora Sinodal acaba de traduzir para o público brasileiro.

"Quanto mais audaz, mais corajoso e claramente alternativo for o exercício da comunicação cristã", diz o documento, "mais forte terá que ser o relacionamento entre o

meio de comunicação e a comunidade que o sustenta".

A comunicação participativa se moverá com um ritmo diferente dos outros meios de comunicação — provavelmente mais lento. Não será frequente causar impacto com notícias instantâneas. O impacto a longo prazo — para uma comunicação confiável — é mais valorizado que a curto prazo. E as sementes de mostarda, que germinam rápido, valem tanto como as de carvalho, que custam a se transformar em árvores adultas.

Este documento será um instrumento preciso e ágil para que se detone no Brasil um processo de reflexão conjunta em torno da comunicação cristã que queremos — do boletim paroquial ao jornal de circulação nacional, passando pelos programas de rádio locais e regionais.



Pedidos para a Editora Sinodal, Caixa Postal 11.93000, São Leopoldo, RS. Preço unitário Cr\$ 2.000. Atendemos pelo reembolso postal.

COISAS QUE SÓ OS SIMPLES ENTENDEM

José Aparecido Rodrigues

- 1º Se me perguntas amigo
Tu és posseiro senhor?
Cheio de orgulho respondo
Sou posseiro sim senhor.
- 2º Não digo que sou grileiro
ou que sou um invasor
pois serei mais soberano, dizendo
Sou posseiro sim senhor.
- 3º De que adianta eu dizer
Sou um trabalhador rural
sem ter um taco de terra
neste país tropical.
- 4º Ser posseiro é muito mais
É ser Brasileiro de Fato
Quem tem amor no Brasil
Mercece ter um bom prato.
- 5º Dou valor nos duros calos
que eu tenho aqui nestas mãos
por isso não rendo graças
pra rico ou tubarão.
- 6º Afinal todos nós somos
posseiros de nascimento
Ninguém quando veio ao mundo
trouxe roupa ou documento.
- 7º De herança somos posseiros
de alimento roupa e sapato
mais alguns depois de grande
tornou-se raposa ou gato.
- 8º Desrespeitando os humildes
e também o Onipotente
Não observando que Deus
tem um projeto decente.
- 9º No Antigo Testamento
vemos Deus sendo Senhor.
A terra é de quem trabalha
sem isto não tem valor.
- 10º Por isso é que antes eu disse
ser posseiro é um orgulho
cumprir com a Fraternidade
é dever não é esbulho.
- 11º E hoje o que vemos
posseiro é igual a Doutor
O doutor o que ele come
não é fruto do lavrador?
- 12º Deixo aqui um convite
Vamos lutar por igualdade
para ter terra, pão (justiça)
na nossa sociedade.
- 13º Termino aqui estes versos
que foi muito improvisado
Peço desculpa aos leitores
por pouco ter estudado.
- 14º Em matéria de estudo
pouco sei não tem valor
Mas na minha profissão
Seu Doutor Eu sou Doutor.